



FLÁVIA CAROLINI PEREIRA DOS SANTOS

**SENTIDOS SUBJETIVOS NA CONSTRUÇÃO DO
SUJEITO ATINGIDO PELO ROMPIMENTO DA
BARRAGEM DE FUNDÃO NO JORNAL A SIRENE**

**LAVRAS – MG
2021**

FLAVIA CAROLINI PEREIRA DOS SANTOS

**SENTIDOS SUBJETIVOS NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ATINGIDO PELO
ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NO JORNAL A SIRENE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organização, Gestão e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Flávia Luciana Naves Mafra
Orientadora

**LAVRAS - MG
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Santos, Flavia Carolini Pereira dos.

Sentidos subjetivos na construção do sujeito atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão no jornal A Sirene / Flavia Carolini Pereira dos Santos. – 2020.

83 p. : il.

Orientadora: Flávia Luciana Naves Mafra.

Dissertação (Mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Lavras, 2020.

Bibliografia.

1. Sentido Subjetivo. 2. Subjetividade. 3. A Sirene. I. Mafra, Flávia Luciana Naves. II. Título.

FLAVIA CAROLINI PEREIRA DOS SANTOS

**SENTIDOS SUBJETIVOS NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ATINGIDO PELO
ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO NO JORNAL A SIRENE**

**SUBJECTIVE MEANINGS IN THE CONSTRUCTION OF THE SUBJECT
AFFECTED BY THE COLLAPSE OF THE FUNDÃO DAM IN THE A SIRENE
NEWSPAPER**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Organização, Gestão e Sociedade, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 29 de outubro de 2020.

Profa. Dra. Monica Carvalho Alves Cappelle
Profa. Dra. Isabel Cristina da Silva

UFLA
UNIFEI - UNI

Profa. Dra. Flávia Luciana Naves Mafra
Orientadora

**LAVRAS - MG
2021**

*Ao meu eterno companheiro, Geovane, pela
compreensão e carinho nos últimos
três anos.
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação representou para mim uma luta diária, guiada pela motivação de não desistir de um sonho antigo que era estar em uma universidade federal, cursando um mestrado na minha área de estudo. Por isso, agradeço a mim por ter conseguido chegar até o final do mestrado e ter ganhado umas das minhas lutas pessoais contra a ansiedade.

Agradeço ao meu companheiro de vida, meu noivo Geovane, por estar comigo, desde a seleção do mestrado, por ter me motivado e acreditado em mim quando eu queria desistir, por ter se dedicado seu tempo, recursos financeiros e até a própria saúde para embarcar comigo nesta aventura desafiadora. Agradeço pela paciência e pela compreensão de suportar estes últimos meses difíceis.

Agradeço aos meus pais, por me acompanharem, tantas vezes, para fazer a prova da ANPAD, na tentativa de ser selecionada no mestrado e pelo suporte financeiro. Agradeço a minha mãe, Neusa, pelo carinho e apoio incondicional em toda a minha vida, por ter acreditado em mim, por ter debatido tantas vezes comigo o tema da dissertação, por ter me esperado chegar de viagem com um café, um bolo e um abraço. Agradeço a minha irmã, por ter torcido por mim mesmo que a distância e pelas palavras de motivação.

Agradeço a minha psicóloga, por ter me mostrado que consigo vencer um dia de cada vez, e que o primeiro desafio a ser superado é sempre a insegurança e que sou capaz de conquistar meus objetivos.

Meus agradecimentos também a minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Flávia Luciana Naves Mafra, pela orientação delicada e, ao mesmo tempo, pontual, pela oportunidade de ter me aberto o campo de visão para outras teorias e abordagens transdisciplinares que transformaram a minha visão, como sujeito e como pesquisadora. Agradeço também a paciência pelas minhas crises de ansiedade e apoio nessa busca pelo tema a ser pesquisado.

A Prof^a. Dr^a. Carolina Saraiva, por ter me reconhecido entre tantos alunos e ter me levado pela mão a conhecer o mundo da pesquisa científica, por ter despertado em mim a vontade de pesquisar, por ter me motivado a lutar, resistir e ecoar a minha voz em trabalhos que me transformaram como ser humano.

Ao querido professor André Colares, que faleceu em 2016, por ter sido minha inspiração nos últimos anos e pelo apoio na minha primeira apresentação de congresso científico.

Aos amigos que fiz em Lavras que estiveram mais presentes que a minha família até, que me levantaram, várias vezes, que ofereceram conversas desafiadoras, abrigo, amizade e

companheirismo nesses dois anos. Agradeço aos amigos Juliano, José Kennedy e Samanta, pelas risadas, no horário de almoço, os puxões de orelha e a irmandade que criamos nesse período.

Aos grupos de pesquisa Letra e Observatório Café, por ter me inspirado a produzir trabalhos realmente relevantes para a sociedade.

A Prof^ª. Dr^ª. Mônica Capelle, membro da banca, pelas considerações dadas na qualificação que foram fundamentais para que a dissertação tomasse mais fôlego e pudesse chegar aos resultados apresentados. Agradeço a sua sensibilidade de lecionar com dedicação e carinho.

Esta dissertação foi realizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, agradeço o conselho pela concessão de bolsa de mestrado.

Por fim, agradeço a todos, aos quais eu possa ter esquecido, mas que contribuíram, de alguma forma, para que eu vencesse esta etapa.

A todos os contribuintes, os meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, ocasionou dezenove mortes e danos irreversíveis ao meio ambiente, devastação do ecossistema e das vilas pesqueiras. Em torno de quarenta milhões de metros cúbicos de rejeitos arrastaram casas e plantações de Bento Rodrigues ao Espírito Santo, envenenando do Rio Doce ao Oceano Atlântico. Nesse contexto, há uma interferência da mídia tradicional de intermediar as informações veiculadas sobre o rompimento da barragem de Fundão em um esquema de “morde e assopra”, ora apoiando a empresa, ora demonizando-a (grifo nosso). Assim como, o interesse dessas mídias pelos atingidos que os rotula ora como protagonistas, ora como figurantes de uma desgraça eventual. Conforme a argumentação de Saraiva (2019), esses tipos de veículos de comunicação produzem, de forma incessante, reportagens, entrevistas e informações que tendem a caracterizar o crime como uma simples tragédia. Nesse ínterim, objetivou-se, nesta dissertação, desvelar e analisar os sentidos subjetivos que constituem o sujeito atingido pelo rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana – MG, no jornal regional A Sirene Para alcançar esse objetivo, optou-se por uma pesquisa qualitativa, utilizando a pesquisa documental e a bibliográfica para coletar e analisar os exemplares do jornal A Sirene. A análise foi feita, por meio da Análise de Conteúdo. Os resultados da pesquisa foram: O estudo do jornal A Sirene possibilitou a compreensão de que ele é uma mídia alternativa, pois une características que o envolvem em uma pauta jornalística política e em um enquadramento das notícias em prol dos atingidos. Pode-se concluir que o objetivo geral da pesquisa de analisar e desvelar os sentidos subjetivos que constituem a construção do sujeito atingido pelo rompimento da barragem de Fundão no jornal A Sirene foi alcançado, expondo quem são os atingidos, como eles descrevem o rompimento da barragem de rejeitos e como eles descaracterizam o que a mídia tradicional publica para fazer do Jornal A Sirene o seu principal meio de comunicação. Por fim, frisa-se que o jornal A Sirene precisa continuar existindo para que os atingidos possam ter um espaço de denúncia, um dossiê completo de registro das suas memórias e um aporte essencial pela luta de garantia de direitos e de comunicação.

Palavras-chave: Sentido Subjetivo. Subjetividade. A Sirene. Atingidos.

ABSTRACT

The collapse of the Fundão tailings dam in Mariana caused nineteen deaths and irreversible damage to the environment, devastating the ecosystem and fishing villages. Around forty million cubic meters of tailings dragged houses and plantations from Bento Rodrigues to Espírito Santo, poisoning from Rio Doce to the Atlantic Ocean. In this context, traditional media interferes with mediating the information conveyed about the Fundão dam failure in a “hypocritical scheme”, sometimes supporting the company, sometimes demonizing it (emphasis added). These media also label those affected sometimes as protagonists, sometimes as extras of an eventual disaster. According to Saraiva (2019), these types of media incessantly produce reports, interviews, and information that characterize crime as a simple tragedy. This thesis aims to unveil and analyze the subjective meanings that constitute the subject affected by the collapse of the Fundão dam in the municipality of Mariana-MG, in the regional newspaper “A Sirene”. Qualitative research was chosen to achieve this objective using documentary and bibliographic research to collect and analyze “A Sirene” newspapers. The analysis was performed using Content Analysis. The study of the newspaper “A Sirene” made it possible to understand that it is an alternative media, combining characteristics involving it in a political journalistic agenda and framing news in favor of those affected. In conclusion, the general objective of the research was achieved by exposing who the affected people are, how they describe the collapse of the Fundão tailings dam, and how they mischaracterize the traditional public media to make the “A Sirene” newspaper their primary means of communication. Finally, it is necessary that the “A Sirene” continue to exist so that those affected can have a space for denunciation, a complete dossier to record their memories, and an essential contribution to the struggle to guarantee rights and communication.

Keywords: Subjective Meaning. Subjectivity. The Siren. Affected.

LISTA DE SIGLAS

CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
GEDEM	Grupo de Estudos sobre Discurso e Memória
GESTA	Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais Universidade Federal de Minas Gerais
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB	Movimento dos atingidos por barragem
MICA	Mídia, Identidade, Cultura e Arte
POEMAS	Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
TTAC	Termo de Transação e Ajustamento de Conduta
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Problema de pesquisa	14
1.2	Objetivo geral	14
1.3	Objetivos específicos	15
1.4	Justificativa	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	Subjetividade e suas categorias: sentido subjetivo, configuração subjetiva e sujeito	17
2.2	Subjetividade, identidade e memória	27
3	O ROMPIMENTO DA BARRAGEM, AS MÍDIAS E O JORNAL A SIRENE	31
4	METODOLOGIA	47
4.1	Tipo de pesquisa	47
4.2	Procedimentos e técnicas de coleta de dados	47
4.3	Análise e interpretação dos dados	48
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	50
5.1	Caracterização da forma de produção, publicação e distribuição do jornal A Sirene	50
5.2	Sentido subjetivo sobre o rompimento da Barragem de Fundão no jornal A Sirene	53
5.3	Sentidos subjetivos sobre o sujeito atingido pela barragem de rejeitos no jornal A Sirene	58
5.4	Sentidos subjetivos da comunicação sobre os atingidos no jornal A Sirene	63
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS	74
	ANEXO A - Jornais A Sirene analisados	83

1 INTRODUÇÃO

O maior desastre socioambiental relacionado à extração de minério de ferro ocorreu, no dia 05 de novembro de 2015, nesse dia, houve o rompimento da barragem de Fundão, localizada no Complexo Industrial de Germano, na cidade de Mariana (MINISTERIO PUBLICO FEDERAL [MPF], 2020). O crime só não é o maior em números de mortes, pois, novamente, em 2019, outra barragem se rompeu e ceifou a vida de mais de 200 pessoas em Brumadinho. Desde o dia do rompimento da barragem de Fundão, no ano de 2015, o crime se tornou assunto nos maiores noticiários do país.

O ocorrido é considerado também por Medeiros, Silveira e Oliveira (2018) um crime corporativo e não um acidente ou uma tragédia, pois se caracteriza de acordo com a definição dos autores como um ato omisso resultado de atitudes negligentes, por pessoas que ocupavam os mais altos cargos de gerência e chefia dentro de uma corporação. Além do mais, a barragem possuía sinais que acusavam o seu rompimento iminente, por falta de manutenção (BERTONI; MARQUES, 2016).

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana, ocasionou 19 mortes e danos irreversíveis ao meio ambiente, devastação do ecossistema e das vilas pesqueiras. Em torno de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos arrastaram casas e plantações de Bento Rodrigues ao Espírito Santo, envenenando do Rio Doce ao Oceano Atlântico. Mais de 600 pessoas tiveram que se deslocar, compulsoriamente, de suas casas no subdistrito de Bento Rodrigues para a cidade de Mariana. Diversos municípios tiveram o abastecimento de água interrompido e mais de 10 toneladas de peixes foram encontrados mortos nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (ALESSI, 2019).

Por outro lado, há uma pressão, na região marianense, para a volta da atividade da mineradora, causadora do crime, como o movimento (#FicaSamarco) que surgiu, logo após o rompimento. De acordo com Ribeiro *et al.* (2019), a cidade de Mariana encontra-se em uma encruzilhada que aponta para duas direções, condenar moralmente a Samarco e a Vale e responsabilizá-las pelo crime ou apoiar o argumento que valoriza a importância econômica que tem as atividades de exploração de minério de ferro para a cidade e seus distritos, o que resulta na volta das atividades das mineradoras responsáveis pelo rompimento.

Nesse contexto, há uma interferência da mídia tradicional, mídia que domina o discurso há anos e que possui em seu discurso um posicionamento estratégico, de intermediar as informações veiculadas sobre o rompimento da barragem de Fundão em um esquema de "morde e assopra", ora apoiando a empresa, ora demonizando-a. Assim como, o interesse

dessas mídias pelos atingidos como destaques de uma desgraça eventual. Conforme a argumentação de Saraiva (2019), esses tipos de veículos de comunicação produzem, de forma incessante, reportagens, entrevistas e informações que tendem a caracterizar o crime corporativo como uma simples tragédia.

A ideia do surgimento de uma mídia alternativa ao que é veiculado sobre o rompimento da barragem vem, justamente, da discordância dos atingidos e dos grupos que os apoiam com o que é dito sobre eles e para garantir que seus direitos sejam resguardados.

Na contramão dos discursos midiáticos dominantes não só dos jornais, mas também do próprio governo, da mineradora e das instituições envolvidas com a empresa responsável pelo rompimento surge o jornal A Sirene em fevereiro de 2016, um veículo de comunicação mais crítico e destoante da linguagem comum que vem sendo construída em torno do fenômeno. Segundo Ferreira (2018), tanto a Samarco quanto o poder público têm à sua disposição assessorias de imprensa com especialização em gestão de crises. Já os atingidos não possuíam um veículo de comunicação oficial que desse a eles a possibilidade de comunicação na época do rompimento. Diante disso, o projeto idealizado pelo jornalista Gustavo Nolasco da empresa Nitro Imagens com apoio da Arquidiocese de Mariana, do coletivo #UmMinutoDeSirene e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto – ICSA/UFOP se transformou no jornal mensal A Sirene em 2016 (FERREIRA, 2018).

Além do jornal A Sirene, podem se destacar também outras iniciativas de apoio aos atingidos, como o “Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais” da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA - UFMG) que analisa a política de afetações, suas classificações administrativas e suas ações aplicadas pelo Estado e pelas empresas envolvidas com o crime de Mariana (ZHOURI *et al.*, 2018).

Outras ações estão sendo desenvolvidas por intermédio dos “Unidos pela regeneração do Rio Doce”, pela iniciativa “WikiRioDoce.org” que reúne conteúdos ligados à Bacia do Rio Doce, pelo “Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS)” da Universidade Federal de Juiz de Fora, e o Coletivo Mídia, Identidade, Cultura e Arte (MICA), que promove projetos de extensão em comunidades periféricas, com o propósito de defender o Direito à Comunicação (MÍDIA, CULTURA, IDENTIDADE E ARTE [MICA], 2019).

Também surgiram os projetos de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto - MG, “Nos Bastidores da Notícia” e “A Sirene e o Direito à Comunicação dos Atingidos pela Lama”, ambos com a participação da professora Juçara Brittes que também está envolvida com a iniciativa do MICA, do jornal impresso Rede Soa Sirene e o jornal A Sirene.

O jornal A Sirene surgiu para permitir que os atingidos pudessem ter o direito de comunicação. O jornal atualmente representa muito mais que isso, é um espaço de denúncia, luta por direitos e perpetuação da memória e história dos atingidos (CELESTINO; SILVA, 2017). Visto que os atingidos se mostraram indignados com a construção da estratégia de comunicação da mídia tradicional sobre o crime do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, A Sirene se manifesta para contar a história do posicionamento das comunidades atingidas.

Ao observar a construção do jornal A Sirene, nota-se que essa mídia de comunicação alternativa é um meio de expressão da subjetividade do sujeito atingido, ou seja, é uma forma desses agentes se posicionarem e se afirmarem dizendo que não são meros afetados como a Samarco/Fundação Renova os rotula, conforme a argumentação a seguir: “nós não somos o que a mídia tradicional fala ou o que a comunidade externa nos limita a ser” (grifo nosso). Então, quem nós “somos”? O jornal busca a construção do sujeito atingido e que foi invisibilizado. Nesta pesquisa, parte-se da definição de sujeito de González Rey (2007b) o que assume que o sujeito é aquele que surge nos espaços de conflitos, construindo um caminho alternativo de subjetivação, cuja capacidade é a produção dos espaços sociais da sua própria vida. Portanto, na demarcação deste estudo, o sujeito atingido no jornal A Sirene é o sujeito que constrói o seu espaço de fala, de crítica e de denúncia. Mais importante ainda, o sujeito atingido é o sujeito que age e luta pelos seus direitos.

Segundo González Rey (2011), não é possível separar a subjetividade da definição de sujeito. Dessa forma, o sujeito atingido toma decisões e age de maneira que as suas ações carregam sentidos, ao longo do processo de experiência que resulta em uma rede de sentidos subjetivos, denominada por González Rey (2005) de configuração subjetiva, que orienta a forma como são construídos os diferentes processos sociais. A subjetividade é, portanto, um complexo conjunto de significações e sentidos subjetivos que orientará o modo de vida do sujeito e da sociedade, extrapolando o nível individual e caminhando para a forma que todos constroem os processos sociais (GONZÁLEZ REY, 2002). Concomitantemente, a subjetividade para González Rey (2006) é uma forma de caracterizar qualitativamente os variados processos que envolvem os sujeitos.

Vista a problematização do parágrafo anterior, a construção do sujeito atingido se torna relevante, pois é um processo complexo e subjetivo que acontece, por meio da produção dos sentidos subjetivos dentro de um processo de subjetivação, que transforma um conjunto de traços identitários, persona, em sujeito. Dessa forma, só se torna sujeito quando se é capaz

de produzir escolhas alternativas que conflitem com os sistemas já estabelecidos, dominantes e hegemônicos (GONZÁLEZ REY, 2011).

Ribeiro e Moraes (2019) dialogam e afirmam que o processo de caracterização dos atingidos é importante, pois descortina um sistema histórico de transposição social. Esse processo de ressignificação, ultrapassa a qualificação dos atingidos para identificar sujeitos novos e coletivos de direito. O conceito de atingido só será ampliado, se realmente ocorrerem as lutas e as resistências. Só assim, os atingidos aparecerão, visto que os processos de luta dão visibilidade a eles (RIBEIRO; MORAIS, 2019).

Na luta pela produção da comunicação, o sujeito atingido produz diversos sentidos subjetivos no jornal A Sirene que contribuem para a construção da sua subjetividade ao reunir um dossiê de informações que auxiliam a caracterização do jornal como alternativo aos outros veículos de comunicação tradicionais, pelo posicionamento alternativo na luta de direitos. Dessa forma, objetivou-se, nesta pesquisa, descrita nesta dissertação, desvelar e analisar os sentidos subjetivos que constituem o sujeito atingido pelo rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana – MG, no jornal regional A Sirene.

Para que a pesquisa possa alcançar a resolução desse objetivo, optou-se pela construção teórica de González Rey sobre subjetividade e sentido subjetivo, buscando compreender também o conceito de sujeito atingido. Assim como, caminha-se também para o entendimento dos conflitos que resultam na disputa da produção da comunicação sobre o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão. Para tanto, as análises das edições do jornal A Sirene são importantes para desvelar os sentidos subjetivos e como eles se articulam na formação do sujeito atingido que a mídia tradicional insiste em distorcer.

1.1 Problema de pesquisa

Como se articulam os sentidos subjetivos na construção do sujeito atingido pelo rompimento da barragem de Fundão no jornal A Sirene?

1.2 Objetivo geral

Desvelar e analisar os sentidos subjetivos que constituem o sujeito atingido pelo rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana – MG, no jornal regional A Sirene

1.3 Objetivos específicos

- a) Caracterizar a forma de produção, publicação e distribuição do jornal A Sirene;
- b) Analisar os sentidos subjetivos sobre o rompimento da barragem de Fundão presente nas edições do jornal;
- c) Analisar os sentidos subjetivos sobre a caracterização do sujeito atingido pela barragem de rejeitos;
- d) Analisar os sentidos subjetivos da comunicação sobre os atingidos.

1.4 Justificativa

Esta pesquisa pode contribuir para a área dos Estudos Organizacionais, pois traz para o debate científico um olhar que desvia dos estudos sobre as corporações, para pesquisar um jornal fruto das consequências bárbaras do rompimento da barragem.

Ao escolher trazer para a discussão acadêmica a mídia alternativa A Sirene, esse trabalho tende a reforçar a ideia de que esse tipo de mídia não é somente alternativa aos outros meios de comunicação, “mas alternativos enquanto instrumentos de poder” (HAUBRICH, 2015, p. 11).

Teoricamente, os estudos de González Rey (2007a) sobre os sentidos subjetivos e as configurações subjetivas são relevantes para a compreensão da sociedade, em aspectos que implicam, diretamente, sobre as pessoas e a forma como os seus espaços de vida social são organizados, não de forma individual, mas de forma social. Isso coloca “a psicologia de forma necessária em um espaço transdisciplinar que se alimenta por diferentes canais que hoje são enfatizados por ciências sociais diferentes” (GONZÁLEZ REY, 2007a, p. 174).

Socialmente, essa pesquisa pode contribuir para a reflexão sobre esses atores sociais, atingidos, para que eles não sejam esquecidos. A pesquisa reforça o próprio título do jornal “A Sirene – para não se esquecer”, no sentido de deixar para trás a tratativa dessa problemática. O jornal é mais que um veículo de comunicação, é um dossiê completo do que os atingidos estão fazendo para reaver o que lhes fora tirado. O jornal serve de apoio para outras comunidades sob ameaça de rompimento iminente, como Itabirito, Barão de Cocais, Itabira, Macacos e tantas outras espalhadas em nosso país. O jornal é uma instância de contrapoder que resiste reivindicando seus direitos, afirmando a sua cultura e preservando o patrimônio e a memória do local em que viviam (MENDES; MENEZES, 2016).

A contribuição da pesquisa também é a de provocar a reflexão em torno do discurso organizacional hegemônico e entender, forma mais realista, como é a interação entre organização e sociedade (LOBATO, 2018). Este trabalho, pode contribuir com informações e análises que orientem ações e estratégias de atingidos, movimentos sociais e órgãos públicos em defesa dos interesses da sociedade.

A escolha de pesquisar os sentidos subjetivos no jornal A Sirene, feito em conjunto por atingidos pela barragem de Fundão, denota a intenção deste trabalho de manter o espaço de discussão dos atingidos em prol da continuidade das mobilizações e histórias que são ocultadas ou distorcidas pelas mídias tradicionais. Ao colocar o jornal A Sirene como protagonista da pesquisa, espera-se que esse possa contribuir também para a multiplicação de leitores, desse tipo de mídia, a fim de trazer mais leituras e reflexões acerca das informações divulgadas que destacariam mais “os riscos e as incertezas que o desenvolvimento tecnológico e a exploração irresponsável do ambiente possam trazer para a sociedade” (CELESTINO; SILVA, 2017, p. 200).

Buscar o conceito de sujeito atingido é importante para que os atingidos não sejam reduzidos pelas mineradora Samarco e pela Fundação Renova somente a algo um afetado esporadicamente. Entender quem são e o que podem fazer a respeito do rompimento da barragem de rejeitos é relevante para que novos abusos não sejam cometidos e a pesquisa possa reforçar o argumento de que é necessário expandir o conceito de “ ‘atingido’ para que os seus direitos sejam garantidos e tratados de forma justa” (SANTOS, 2015, p. 136). Acredita-se que o jornal A sirene possa trazer um panorama sobre quem seja o sujeito atingido pela barragem de Fundão em Mariana, como era a sua vida antes do rompimento e qual é o caminho que eles trilharam agora.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta sessão traz o entendimento do que é subjetividade para González Rey (2006) e os conceitos chaves da dissertação: sentido subjetivo, configuração subjetiva e sujeito. Após isso, é realizada uma contextualização sobre o rompimento da barragem em Mariana, os discursos das mídias que mediam os acontecimentos na região dando destaque ao objeto da análise jornal A Sirene.

2.1 Subjetividade e suas categorias: sentido subjetivo, configuração subjetiva e sujeito

As contribuições dos estudos do pesquisador cubano González Rey (2002), para esta dissertação, envolvem a dimensão da discussão sobre sentido e subjetividade, por meio da lente da Psicologia Social sob uma perspectiva crítica. De acordo com o autor, quando se discutia a subjetividade na visão antiga da psicologia, ela “sempre se apresentou como o que pertencia ao sujeito e, no começo, pela sua orientação individual, foi compreendida como a natureza interna do indivíduo, não ficando clara, porém, sua especificidade ontológica” (GONZÁLEZ REY, 2006, p. 73).

Do ponto de vista ontológico, a subjetividade para González Rey (2002, p. 8) representa uma definição diferente dos processos psíquicos, consiste em um “sistema de significações e sentidos subjetivos em que se organiza a vida psíquica do sujeito e da sociedade”. Dessa forma, a subjetividade não pode ser caracterizada somente como uma organização intrapsíquica que se acaba no indivíduo, mas é também um sistema aberto ainda em desenvolvimento que define a construção dos processos sociais (GONZÁLEZ REY, 2002).

González Rey (2006, p. 73) apresenta a definição ontológica da subjetividade que “é dada pela produção de uma qualidade nova da psique humana nas condições de cultura, o que faz da subjetividade um momento inseparável do desenvolvimento da humanidade”. Portanto, a subjetividade é uma forma de caracterização específica qualitativa dos diferentes processos que envolvem os sujeitos. As atividades que envolvem humanos possuem um momento subjetivo que não deve ser ignorado e sim aprofundado já que se mostra ainda desconhecido em muitos campos (GONZÁLEZ REY, 2006). Além disso, Furtado (2007, p. 88) enfatiza que “o psicólogo cubano González Rey (1997) procura demonstrar como é possível trabalhar com a subjetividade no campo da Psicologia sem abandonar sua gênese social (do ponto de vista marxista) e também sem usar a psicanálise como recurso”.

Segundo Bock (2007), os fundamentos epistemológicos e teóricos dos estudos de González Rey (2006) estão pautados na compreensão dos fenômenos, a partir da Psicologia Sócio-Histórica baseada na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski (1896-1934) que se apresentava como uma oportunidade de superação de visões dicotômicas, como as citadas no parágrafo anterior, para o encaminhamento da produção de uma Psicologia Dialética. Concomitantemente, os estudos do psicólogo cubano são baseados também no materialismo histórico e dialético. Gonçalves (2007, p. 50) corrobora que “no materialismo histórico e dialético, o homem é social e histórico. Não há um homem universal, não há um homem que se realize individualmente”. Pelo contrário, há pessoas concretas que são determinadas pela realidade histórica e social e simultaneamente, determinantes da realidade, por meio da ação coletiva (GONÇALVES, 2007).

A Psicologia Sócio-Histórica tem consigo a possibilidade de crítica, pois

[...] concebe o homem como ativo, social e histórico; a sociedade, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material; as ideias, como representações da realidade material; a realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas ideias; e a história, como movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda a produção de ideias, incluindo a ciência e a psicologia (BOCK, 2007, p. 17).

A Psicologia Sócio - Histórica vai trabalhar os estudos dos fenômenos psicológicos como algo que se desenvolve ao longo do tempo. Pode-se caracterizar o fenômeno psicológico como: “não pertence à Natureza Humana; não é preexistente ao homem; e reflete a condição social, econômica e cultural que vivem os homens” (BOCK, 2007, p. 22). Esse pensamento trouxe uma afirmação de sujeito alternativa a concepção liberal. Nessa perspectiva, “no materialismo histórico e dialético, o homem só é indivíduo, ou melhor, só se constitui indivíduo, porque é social histórico. Ao sujeito individual, racional e natural do liberalismo opõe-se o sujeito social, ativo e histórico do materialismo histórico e dialético” (GONÇALVES, 2007, p. 44).

De acordo com Gonçalves (2007, p. 37), “o momento histórico em que a Psicologia se constitui como ciência é o mesmo que afirma o homem como sujeito”. A autora ainda argumenta que esse momento foi caracterizado por grandes mudanças econômicas, políticas e sociais que resultaram na transformação na forma que se produzia no período feudal para a maneira capitalista de produção. As novas práticas sociais e econômicas acarretaram concepções novas de mundo e de homem na sociedade moderna que passou a entender o

homem como sujeito e esse entendimento originou a ideação da noção de subjetividade (GONÇALVES, 2007).

González Rey (2007a) explica que a subjetividade não é uma internalização, mas sim uma produção humana. É uma produção subjetiva que mesmo envolvendo práticas e relações pessoais não produz resultados iguais, pois há consequências das ações com interferências de práticas atuais que configuram subjetivamente a ação do sujeito. Uma das características da subjetividade é a sua capacidade de desordenar a ordem institucional hegemônica. Nesse contexto, como os diversos pensamentos coexistem e são disseminados na comunidade levarão ao aparecimento de outro olhar: o pensamento contra-hegemônico.

Toledo (2017) explica que o conceito de contra-hegemonia se consolidou ao ser utilizado por autores marxistas como, por exemplo, Konder e Coutinho que trazem como projeto de classe a perspectiva crítica de se contrapor à hegemonia da classe burguesa da época. O que então era considerado estável, começa a se desintegrar justamente pela contradição e tensão presente na contra-hegemonia (TOLEDO, 2017). Dessa forma, entende-se que “a compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real” (GRAMSCI apud MONASTA, 2010, p. 69).

A tensão e contradição da subjetividade é o que vai trazer elementos de importante mudança na nossa sociedade. Dessa forma, “negar a subjetividade é equivalente a desconsiderar a força da produção humana mais genuína, e nos submeter ao domínio do instrumental” (GONZÁLEZ REY, 2007a, p. 173).

A subjetividade é a forma mais complexa de entender que o processo humano acontece no desenvolvimento das pessoas e, em todos os seus procedimentos sociais. A subjetividade nos ajuda a compreender e construir o que é inseparável da cultura, da história e dos acontecimentos da vida social humana. Nesse sentido, a criatividade nasce quando a emoção é sensibilizada por registros simbólicos, o que permite ao sujeito produzir no mundo ao invés de se adaptar a ele somente (GONZÁLEZ REY; TORRES, 2017).

Os trabalhos de González Rey (2019) trouxeram a transição do termo personalidade para a subjetividade. As emoções passam a ser compreendidas como união do corpo, do social e da mente. As emoções chamadas de unidades simbólico-emocionais pelo autor, foram assinaladas como sentidos subjetivos que estão em constante movimentação que incorporam um sentido ao outro, formando distintas configurações subjetivas. Sendo maleáveis e contínuos, os sentidos e as configurações subjetivas capturam as diversas formas que os

indivíduos vivem e experimentam as produções simbólicas sociais, como a saúde, gênero, aparência física e outros (GONZÁLEZ REY, 2019).

Segundo Tacca e González Rey (2008), uma característica marcante da subjetividade é o seu caráter histórico que reúne a história das distintas relações do sujeito na experiência de vida cotidiana que é cultural, “pois que é marcada pelos sistemas de valores e construções simbólicas atuais dos grupos de referência, o que a identifica como uma intrincada rede” (TACCA; GONZÁLEZ REY, 2008, p. 146). Portanto, a subjetividade é caracterizada por uma rede de símbolos que montam o seu caráter diverso advindo das inúmeras experiências que o sujeito vive em uma determinada cultura.

Para os autores, esse sistema de relações de cada sujeito possui um caráter vivo, contraditório e multimendisonal, também é mediador e construtor das configurações subjetivas que são assumidas, a partir de cada situação social. Na história dessas relações, o passado se projeta no presente e no futuro, sendo momentos coexistentes de uma configuração subjetiva recente da subjetividade. Isso significa que há uma dinâmica complexa na relação do sujeito com o mundo social. Ademais, há uma dialética entre a recursividade do social-individual, do interno e do externo, em que o sujeito é consciente, ativo e que faz escolhas que podem implicar em contradições, rupturas e ações criativas (TACCA; GONZÁLEZ REY, 2008).

São três as categorias da subjetividade consideradas por González Rey (2006): sentido subjetivo, configuração subjetiva e sujeito. Gómez (2006) apresenta um diálogo com o psicólogo cubano González Rey (2005). Neste trabalho, os conceitos de sentido subjetivo e configuração subjetiva são apresentados como categorias de qualificação dos sentidos. Além disso, a discussão desses conceitos é o caminho inicial para se refletir sobre a subjetividade sob a luz da epistemologia qualitativa.

Para entender o conceito de subjetividade, González Rey (2005) começa a observar os espaços sociais e como o indivíduo atua para explicar que os espaços sociais também são sentidos subjetivos, pois envolvem sentidos e processos simbólicos internos e externos. É importante frisar que tais sentidos e processos simbólicos vão além do contato pessoal, estão no que González Rey (2005) enfatiza, nas memórias, no espaço institucionalizado e nos códigos. Dessas argumentações, ele começa a explicar sobre a subjetividade social e sobre a configuração subjetiva (GÓMEZ, 2006).

Quando perguntado sobre a configuração subjetiva, González Rey exemplifica que o pai é uma configuração subjetiva e que cada filho(a) tem uma configuração subjetiva do próprio pai, ou seja, a forma pelo qual se vive é uma representação, por meio da linguagem

que recebe influências em seus discursos sociais, valores e representações. A figura paterna, na concepção da história do sujeito, tem um desdobramento simbólico e emocional que propicia um espaço simbólico que possui entradas em sua organização subjetiva por diversas maneiras. Porém, tal configuração subjetiva é inconsciente e se expressa no mundo organizado em um nível subjetivo do qual nunca será totalmente fácil de perceber até onde ele está apropriado. Então, para que se compreenda a configuração subjetiva deve-se entender que ela é uma organização de sentidos subjetivos que irão definir os processos simbólicos em ações que estão integradas de forma inseparável das experiências do sujeito em espaços culturais e simbólicos (GÓMEZ, 2006).

González Rey (2012) frisa que o social se organiza nas práticas humanas que se multiplicam e se desenvolvem como um sistema de variadas configurações subjetivas macros e microsociais de inúmeras formas de organizações sociais que completam esse sistema, bem como as pessoas que integram esses espaços sociais. Essa maneira de pensar o social não apenas articula o social e o subjetivo, mas traz a reflexão sobre a complexidade de todos os processos que se manifestam nesse espaço, definido de forma vaga de sociedade, tanto por causa das pessoas que os complementam como também das suas variadas configurações (GONZÁLEZ REY, 2012).

O sentido subjetivo é a unidade básica da subjetividade. Para entender a categoria sentido subjetivo González Rey (2005) se amparou nos estudos do psicólogo russo Vygotsky (2000) (SOUZA; TORRES, 2019). Dessa forma, pode-se associar o sentido subjetivo à palavra, ou seja, à linguagem e ao pensamento. Ainda de acordo com Vygotsky (2000), o sentido subjetivo surge da soma de fatos psicológicos que a palavra induz na consciência do sujeito. Nesse ponto, a multiplicidade de momentos presentes na nossa consciência determina o sentido real da palavra (VYGOTSKY, 2000).

Dessa maneira, González Rey vê nas descobertas de Vygotsky (2000) um valor heurístico, algo correspondente à investigação de fatos, para o entendimento das formas complexas das configurações psicológicas do sujeito. Desse conhecimento, González Rey (2005) avança na discussão ao apresentar a categoria sentido subjetivo associando-a aos processos simbólicos e emocionais que surgem no curso das experiências e ações do sujeito. Com isso, o termo subjetivo usado por González Rey (2005) não é apenas uma adjetivação que apenas acompanha a palavra sentido, mas está relacionado aos diversos elementos substantivos que dão vida ao sentido, no qual o psicólogo cubano apresenta em sua teoria como configuração subjetiva (SOUZA; TORRES, 2019).

O sentido subjetivo, conforme González Rey (2006), aparece como parte inseparável do simbólico e do emocional que são produzidos também pela cultura, práticas e conceitos que caracterizam a sua realidade social e formam o subsídio da sua subjetividade. A realidade social é então construída, caracterizando a subjetividade como “uma produção humana de caráter simbólico e de sentido, que dentro da “realidade social” em que o homem vive, lhe permite as diferentes opções de vida cotidiana e de seu desenvolvimento” (GONZÁLEZ REY, 2006, p. 74). Dessa forma, o sentido subjetivo se expressa na ação social humana quando uma imagem que relembra ou reproduz na imaginação emoções relacionadas a um determinado contexto e que, dessas imagens geram-se novas imagens em um movimento infinito que demarca os comportamentos e os processos presentes nas variadas ações humanas (GONZÁLEZ REY, 2006). Em vista disso, em consoante com Aguiar (2007, p. 106), o “pensamento será concebido como pensamento emocionado, a linguagem será sempre emocionada, ou seja, terá como elemento constitutivo a dimensão emocionada, expressando uma avaliação do sujeito, ou seja, o sentido que determinado fato ou evento tiveram para ele”.

O sentido subjetivo, de acordo com o pesquisador cubano, é representado na forma que a realidade se converta em subjetiva e está sendo estimulado por uma experiência de vida que se torna singular, a partir da interferência dos sentidos subjetivos que permeiam não só no sentido produzido em determinado contexto, mas também o sentido construído historicamente pelo sujeito. Esses sentidos formam uma rede de sentidos subjetivos que são definidos como uma configuração subjetiva (GONZÁLEZ REY, 2006). Portanto, a subjetividade agrega processos e estados que são caraterísticos do sujeito, em cada andamento da ação social, o que torna inseparável o sentido subjetivo que cada momento tem para ele. Dessa forma, a subjetividade é denominada para González Rey (1997) como subjetividade social (FURTADO, 2007).

Ao conceituar o sentido subjetivo em sua organização inserida nas configurações subjetivas, González Rey (2007a) apresenta a concepção configuracional da personalidade. Então, por meio do sentido subjetivo o autor compreende personalidade como “a forma de organização da subjetividade individual” (GONZÁLEZ REY, 2007a, p. 172). O estudo da categoria sentido subjetivo permitiu o acordar para dimensões ocultas do social e da cultura que só poderão ser vistas a partir da dimensão da subjetividade. Portanto, “a subjetividade não é apenas um tema da psicologia, mas das ciências sociais em geral” (GONZÁLEZ REY, 2007a, p. 173).

Sendo configurados como unidades simbólico-emocional, os sentidos subjetivos formam uma rede maleável e de constante fluxo que não seguem uma via linear com os fatos

concretos que acontecem na vida individual e social de cada pessoa. Os sentidos subjetivos são consequência de uma rede de eventos e de seus resultados. Sendo assim, expressados em produções psíquicas profundas (SOUZA; TORRES, 2019). Então, o sentido subjetivo enfatiza o surgimento de uma nova qualidade da psique humana que particulariza a condição subjetiva da experiência vivenciada e que também promove novo sentido de realidade. Ele é o fruto de uma configuração subjetiva que se constitui em torno da experiência vivenciada pelo sujeito e que tem como participantes ativos as diversas configurações da personalidade, na forma de sentidos subjetivos (GONZÁLEZ REY, 2012).

Nesse curso do parágrafo anterior, os sentidos subjetivos simbolizam, subjetivamente a parte de um todo dos fatos vividos pelos sujeitos. Portanto, “ele expressa o caráter subjetivo de tais vivências em configurações subjetivas que se organizam no curso daquelas experiências” não de forma linear, mas como uma locução ontológica da psique humana (SOUZA; TORRES, 2019, p. 40). Ainda, conforme os referidos autores, uma produção que se realiza na integração entre o social e o individual em unidades particulares de produção subjetiva corresponde à experiência vivenciada.

Castanho e Scoz (2013) explicam que a categoria sentido subjetivo auxilia a compreensão da subjetividade a um patamar de produção psíquica que não pode ser distanciado dos contextos culturais e sociais. Nesse entendimento, o sentido subjetivo não é uma internalização psíquica situada apenas na mente de cada um, é uma produção humana que permite adentrar em dimensões veladas da cultura e do social que só se tornam perceptíveis em sua extensão subjetiva (CASTANHO; SCOZ, 2013; GONZÁLEZ REY, 2007a).

É importante destacar também que os sentidos subjetivos relacionados a uma experiência não estão condicionados somente àquela experiência em particular. Eles estão interligados com os sentidos subjetivos vivenciados em outras experiências que ganham novos delineamentos subjetivos, a partir de uma experiência nova. Desse ponto em diante, os sentidos subjetivos realçam o quão complexo e singular uma experiência é que, na teoria, é padrão e universal no entendimento dos fenômenos psicológicos dominantes (SOUZA; TORRES, 2019).

Os sentidos subjetivos são dinâmicos e geram redes de outros sentidos subjetivos que se fundem em configurações subjetivas, possibilitando a expressão de sentidos influenciadores ou prevaletentes. Dessa forma, a compreensão e interpretação de uma configuração subjetiva auxilia a captação dos sentidos que realmente estão dominando, cuja

presença na expressão de cada pessoa surge concomitante ao momento da atividade concreta (GONZÁLEZ REY, 2011).

Os sentidos subjetivos possuem múltiplas origens e se desenvolvem em processos sincrônicos e distintos. Assim, suas principais qualidades de transitoriedade, maleabilidade, dinamicidade e instantaneidade não os prendem a qualquer significação determinista de algo vivido ou a antecipação dos resultados percorridos. Isso significa que os inúmeros momentos que geram os sentidos subjetivos, ao longo das experiências vividas se desdobrarão em novas ações subjetivas e possibilitarão a confluência do passado com o presente (SOUZA; TORRES, 2019).

Nesse encaminhamento, as experiências vividas não se anulam ou se sobrepõem umas às outras. O que ocorre a essas experiências é que elas são transformadas, subjetivamente, por novos sentidos subjetivos. Tais processos de subjetivação implícitos às experiências vividas circulam por caminhos imprevisíveis na consciência que, mesmo ciente de determinado momento, já podem ser considerados uma produção de sentidos subjetivos, visto que, surgem de diferentes processos oriundos dos sentidos subjetivos e não somente de uma ação concreta. Assim sendo, existirá sempre um condutor subjetivo das experiências vividas, cujo impulsionador habita na corrente contínua e ilimitada de construções de sentidos subjetivos novos (SOUZA; TORRES, 2019).

Conforme Loiacono (2018, p. 68), “os sentidos subjetivos delimitam a especificidade do psíquico nas atividades e processos humanos”. Finalizando, a categoria sentido subjetivo traz a possibilidade de compreender a psique em posição da dialética como social, uma vez que se aproxima da conceituação de sentido subjetivo que está não só no entendimento de quem o produz, mas também na compreensão dos espaços sociais que ele vive, já que ele manifesta a condição fundamental dos sujeitos, sua forma de viver subjetivamente (GONZÁLEZ REY, 2004; LOIACONO, 2018).

Em 1995, González Rey (1995) apresentou a categoria “configuração subjetiva”, na sua publicação *Comunicación, personalidad y desarrollo*. A configuração subjetiva reúne diversos elementos dinâmicos, em volta de um sentido psicológico característico que aponta uma construção dominante de sentidos subjetivos (GONZÁLEZ REY, 1995). A configuração subjetiva se estabelece e se organiza de forma mais estável que a imprevisibilidade dos sentimentos subjetivos. De acordo com Souza e Torres (2019), a categoria configuração subjetiva permite uma clara compreensão teórica das formas particulares, nas quais o sujeito constitui as suas experiências vividas sem esgotá-las nas configurações que surgirem nas novas experiências.

Sendo a configuração subjetiva uma organização subjetiva dos sentidos, ela até pode ser semelhante para sujeitos distintos, mas os sentidos que a integram também podem se apresentar de formas diversas, ou seja, existem os mesmos sentidos para sujeito diferentes como também existem sentidos semelhantes que se apresentam de formas diferentes (SOUZA; TORRES, 2019). Além disso, González Rey (2009) explica que as configurações subjetivas não são a princípio algo que determinará a ação. A configuração subjetiva é uma constituinte do sentido subjetivo que uma ação possui. Por isso, a configuração subjetiva se estabelece em um momento inseparável da construção dos sentidos subjetivos (GONZÁLEZ REY, 2005).

Além do mais, é importante frisar que, na Teoria da Subjetividade, existem duas categorias teóricas da subjetividade: a individual e a social (GONZÁLEZ REY, 2003). A subjetividade individual se dirige “a processos de produção e organização de sentidos subjetivos, entendidos, enquanto produções simbólico-emocionais, relacionadas à trajetória de vida singular do indivíduo nos espaços sociais onde esse indivíduo atua” Já a subjetividade social reúne “processos históricos e atuais de organização de sentidos produzidos nos espaços sociais onde indivíduos e grupos atuam” (ALMEIDA; MARTÍNEZ, 2019, p. 91).

As configurações subjetivas atravessam um campo de experiências para fazer a articulação com as configurações vividas em outras experiências, porque os sentidos subjetivos, abastecidos pelas suas qualidades múltipla e sistêmica, transpassam os distintos instantes das experiências vividas, trabalhando em novas construções subjetivas nas experiências mais recentes. As configurações subjetivas integram os sentidos subjetivos que surgem dos inúmeros espaços da vida social do sujeito. Elas representam uma construção dominante de sentidos subjetivos no que se refere a um específico campo da experiência, sem se esgotar ou emergir, exclusivamente, desse campo (SOUZA; TORRES, 2019).

As configurações subjetivas são dinâmicas e flexíveis e não determinantes da experiência individual, pois são os sentidos subjetivos oriundos de diversas experiências (ALMEIDA; MARTÍNEZ, 2019). Loiacono (2018) explica que a configuração subjetiva permite o ingresso a um processo particular de motivação, a qual se acomoda, particularmente, em cada sujeito, também propicia a compreensão à forma que os processos se organizam ao produzirem sentidos (GONZÁLEZ REY, 2004; LOIACONO, 2018). Por fim, atrelada a configuração subjetiva e à produção de sentidos subjetivos, observa-se a capacidade do sujeito de ter um posicionamento ativo e de decidir o próprio caminho (GONZÁLEZ REY, 2010).

González Rey (2007b) define a conceituação de sujeito. Para isso, ele aponta primeiro, a diferença entre duas palavras usadas como sinônimos: sujeito e indivíduo. Para o autor, é indivíduo aquele “com capacidade para abrir caminhos subjetivos nos espaços da vida social dominante” (SOUZA; TORRES, 2019, p. 46). Dessa forma, o indivíduo até se manifesta por deslumbres subjetivos, mas não produz os espaços subjetivos advindos das suas experiências.

O sujeito é definido como alguém capaz de produzir os espaços sociais da sua vida diariamente. Destaca-se a concepção do sujeito que possui a condição reflexiva e crítica de mitigar várias consequências sobre a organização social dos distintos espaços de ação social da pessoa (GONZÁLEZ REY, 2007b). Dessa forma, o sujeito emerge nos espaços de conflitos produzindo um percurso alternativo de subjetivação, não é uma condição nascer ou se tornar sujeito, é algo que se conquista através da ação e das interações que rondam o processo de subjetivação (GONZÁLEZ REY, 2007b; SOUZA; TORRES, 2019).

González Rey (2011) observa que a conceituação de subjetividade é indissociável da definição de sujeito. A personalidade possui a habilidade geradora subjetiva em relação aquilo que é vivido. Ela permite variadas decisões e ações carregadas de sentidos subjetivos no processo da experiência. Para o autor, a persona só se torna sujeito quando é capaz de gerar escolhas que entram em conflito com os sistemas normativos hegemônicos do espaço social onde se desenvolve a sua ação, proporcionando opções alternativas de sentidos subjetivos em relação aos sistemas hegemônicos (GONZÁLEZ REY, 2011).

Souza e Torres (2019) argumentam que o sujeito é socialmente constituído e ao longo da sua história pode se subordinar aos elementos que caracterizam os vários espaços sociais ou produzir alternativas que exprimem escolhas particulares dentro da troca social nesses espaços. Dessa forma, essa sessão evidencia o conceito de subjetividade e suas categorias sentido subjetivo e sujeito para conectar o sujeito atingido por barragem como alguém que carrega sentidos subjetivos somados pelas experiências vividas em suas comunidades antes do rompimento.

Visto isso, conforme observado que o sujeito é construído, socialmente, buscam-se, nas pesquisas de Gonzalez Rey (2005), elos com a discussão que se pretende explorar: quais as conceituações destinadas ao sujeito, na interpretação do autor. Abaixo há uma argumentação do que se pode caracterizar o sujeito atingido, dentro do foco de identidade que se coloca no jornal por meio das memórias que possuem em comum. Então, é a forma que os atingidos contam a sua história, no jornal A Sirene, que mostra quem são eles, naquele contexto.

2.2 Subjetividade, identidade e memória

Lane *et al.* (2002) argumentam que a subjetividade do sujeito não se acaba nele, ela se espalha, já a consciência de si próprio tem como lugar fixo o indivíduo que possui uma identidade em seu interior e no seu exterior em uma produção constante. Isso “coloca a categoria identidade como ponto de ancoragem do campo subjetivo do indivíduo e, ao mesmo tempo, como a construção social do sujeito” (LANE *et al.*, 2002, p. 99).

Para os autores, a categoria identidade faz correlação entre a subjetividade social e a subjetividade no patamar do singular, ou seja, a consciência de si próprio e a consciência do outro faz com que a subjetividade se sobreponha do nível singular para o nível social da subjetividade. Por exemplo, é a partir de uma ação concreta do sujeito em uma inserção no campo objetivo, como a relação de classes ou força de trabalho, que ele age de forma objetiva e individual para suprir uma demanda social, essa relação pode ser entendida, por meio de várias representações sociais. Tal argumento significa que tanto a subjetividade e a identidade social são construídas socialmente (LANE *et al.*, 2002).

De acordo com Menezes (2016, p. 73), a identidade é como um “produto social resultante da interação entre o sujeito e o mundo social”. Além disso, a identidade social apresenta divisões como relações sociais, papéis sociais, rank e identidade grupal. Dessa forma, a identidade do sujeito tem como composição vários elementos adquiridos, por meio de interações sociais. Com isso, pode-se compreender que a identidade é mutável segundo a situação e o contexto em que o sujeito se encontra (MENEZES, 2016).

Ao refletir sobre o porquê e como certos grupos da sociedade buscam reafirmar a sua identidade perante o contexto, Pereira e Gaiotto (2017) afirmam que um dos elementos constituidores da identidade é a memória. Segundo os pesquisadores, a sociedade perdeu o interesse em questionar determinadas situações e compreender os acontecimentos, pelo contrário, apoia-se no argumento daquele que tem mais poder, colocando em análise se o que os outros grupos questionam tem relevância ou não.

Diante disso, limita-se a visão de certos grupos, de acordo com o quanto cada um consegue ser mais influenciador, descarta-se a forma coletiva dos eventos, desqualificando como e por que aconteceram os fatos, pois desmentem ou descortinam a maneira que uma história foi narrada a favor do grupo dominante. Com isso, criam-se mais distanciamentos entre o que realmente foi vivenciado e aquilo que foi contado a mercê de quem detém mais poder (PEREIRA; GAIOTTO, 2017).

Rabelo (2007) expõe que a memória constitui a identidade individual e coletiva. Ela também gera um elo forte de identidade nos grupos sociais. Portanto, a memória se evidencia como um agente relevante da sensação de conexão de um sujeito em sua reorganização. Além disso, a memória pode ser usada como um instrumento de poder que a controla, ora escolhendo o que se deve esquecer, ora enaltecendo o que deve ser lembrado.

No apontamento da autora, é difícil desassociar a forma como a memória é produzida de um específico dispositivo de poder. Não se trata de algo individual, a memória e a subjetividade ultrapassam o pertencimento somente ao sujeito, para também ser produzida como instrumento de poder. Isso quer dizer que, a memória também forma subjetividades que vão além da condição individual, mas atinge os variados processos das relações sociais e produções materiais que usam de diversos meios de discursos para influenciar o sujeito e afetá-lo na forma que se expressa coletivamente, utilizando inúmeras artimanhas sociais (RABELO, 2007).

Ao destacar o que uma coisa não é, porque não se parece com o que deveria ser, Rabelo (2007) elucida que, tanto a diferença quanto a identidade, são fabricadas na conjuntura que envolve as relações socialmente e culturalmente. A identidade, para a autora, é formada a partir do que o outro entende que não é ou não faz parte ou não cabe, justamente a parte negativa é a oposição. Nesse entendimento, aquele que se distancia do que identifica o oposto, se torna o diferente. Não se trata de uma opressão, mas de uma tentativa de individualizar os sujeitos, por meio da classificação e de um poder disciplinador, ou seja, “na exclusão de identidades diferentes” (RABELO, 2007, p. 186). A identidade, de acordo com a autora, não é algo que não se muda. Pelo contrário, ela se transforma dependendo da forma que se aceitam ou se negam as práticas que traçam a identidade (RABELO, 2007).

Caminhando para a interlocução entre memória e subjetividade, Nébias (2005) discorre que os estudos da Psicologia sobre a memória que abrangem tanto informações históricas escritas e orais, têm proporcionado à interpretação da forma que os sujeitos agem e produzem suas histórias e memórias. A forma que as suas práticas encontram sentidos em comum “quando essas histórias são socializadas, tornando-se histórias coletivas” (NÉBIAS, 2005, p. 75).

A memória, para a autora, se mostra como uma fortaleza subjetiva que envolve pontos importantes da vida do sujeito. Portanto, “tratar de memória significa relacioná-la a outros aspectos da vida do sujeito, importantes para a própria existência e permanência da memória” (NÉBIAS, 2005, p. 76). A partir de lembranças vividas e experimentadas, pode-se

compreender a noção do sujeito e da sua relação com o outro sujeito, resultando em um acréscimo na construção da sua subjetividade (PETRI; SCHERER, 2016).

A forma como se escreve algo para se lembrar de um acontecimento, aponta um posicionamento. Assim, como direciona Petri e Scherer (2016, p. 27), “é uma questão de memória, é uma questão de constituição de sujeitos, é uma questão de escrita”. Os autores entendem que é pelo ato de escrever e reescrever que o sujeito se refaz. Dessa forma, “a memória funciona também como um instrumento político, próprio às coletividades, mas ela não é só isso, ela transborda, inunda, ressignifica as práticas sociais” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 27).

As pesquisadoras discorrem que, por um momento, o que fragiliza as pessoas, resulta, por meio da escrita, em um produto presente com capacidade de se tornar luta contra o esquecimento. Distanciamento de uma época que talvez não retorne, mas que por teimosia ainda permanece. Persiste por vários motivos, um deles a afeição, mas também perdura por fazer resistir à memória mesmo da morte, “por mais perversa que seja, não conseguirá apagar o enlace de sujeitos constituídos por histórias avessas e travessas e, ao mesmo tempo, pelos afetos históricos e pelo espaço da interlocução na subjetividade do ato em si de lembrar” (PETRI; SCHERER, 2016, p. 27).

Nébias (2005) compreende a recordação como algo que abrange um grau elevado de consciência. Dessa forma, não se lembra do passado de forma engessada. As ações que já aconteceram “podem ser reconstruídas e ressignificadas, muitas vezes, e com visões novas, reais e imaginárias. Seus rearranjos, suas reconstruções, orientam as ações presentes” (NÉBIAS, 2005, p. 80). Nesse argumento, aproxima-se a seção adjacente. Se a forma como a mídia tradicional narra o rompimento da barragem, revela que os atingidos não só ocuparam o próprio espaço de diálogo na subjetividade de lembrar como de fato aquilo acontecera como também demonstra que a memória estimula outros aspectos da vida social do sujeito. Através da memória, o sujeito atingido resiste, comunica e luta por direitos.

Tal sujeito atingido, estudava, trabalhava em áreas rurais e urbanas da região, frequentava igrejas e realizava festividades culturais. Todas essas atividades são carregadas de subjetividades que depois do rompimento geraram sentimentos de saudosismo e indignação. Por isso, no jornal, esses sujeitos que foram atingidos pela Barragem de Fundão encontram, no jornal uma oportunidade de contarem a sua história que demonstra vários sentidos subjetivos que compartilhavam e compartilham. Essa rede de sentidos subjetivos compartilhadas aproxima do conceito de Gonzalez Rey (2005) sobre configuração subjetiva.

Desse conceito de sujeito, mostrada pelo autor, surge uma das categorias teórico-empírica dessa pesquisa: a caracterização daquele que foi atingido pela barragem de Fundão como um sujeito atingido. Não somente um sujeito e não menos importante, mas a caracterização de alguém que compartilha sentidos subjetivos do mesmo local antes e depois do rompimento da barragem evidenciados no jornal escrito com a ajuda deles (atingidos). Dessa categoria, destaca-se a formação da identidade do sujeito atingido pela barragem de Fundão em Mariana.

Os atingidos que apoiam a escrita do jornal A Sirene encontraram, no jornal, a oportunidade de comunicarem o que são, para eles, as dificuldades após o rompimento. Nesse sentido, eles desenham uma perspectiva de história, relembram como era a vida antes do rompimento, o que significou para eles o momento do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro e narram como está sendo a luta pelo direito de comunicação. Essas três narrativas são as categorias teórico-empíricas escolhidas para essa pesquisa, pois evidenciam uma lógica de interpretação do fenômeno.

A próxima sessão, ajuda na construção da última categoria: o que motivou o surgimento do jornal A Sirene, em 2016, e por que esse canal de comunicação se revela tão importante na disputa de discursos que permeiam o rompimento da barragem e seus atingidos.

3 O ROMPIMENTO DA BARRAGEM, AS MÍDIAS E O JORNAL A SIRENE

A vida antes do rompimento da barragem era diferente. Em Bento Rodrigues, subdistrito de Santa Rita Durão, os 600 moradores viviam em 200 casas. Alguns trabalhavam na roça, na Samarco e na produção de pimenta biquinho. “Lugar tranquilo, com cachoeiras escondidas na mata. Seu potencial turístico era pouco explorado apesar de haver um hotel fazenda logo na entrada do subdistrito [...]. Tinha ainda duas igrejinhas: Nossa Senhora das Mercês e São Bento, construídas no século XVIII” (CAMARGO apud GRAÇA, 2018, p. 55).

Essas duas igrejas celebravam com uma festa no final de julho em homenagem aos dois santos e o Coral do Bento se apresentava nessas festividades. O subdistrito, antigamente, era um local de descanso de tropeiros e possui esse nome em homenagem a um bandeirante que visitou a região em 1798, que era um dos pontos centrais da mineração no século XVIII. O lugar possuía um histórico atrelado à mineração, sua localização era abaixo das barragens de Fundão e Santarém e também muito perto da barragem de Germano, todas pertencentes à empresa Samarco (CAMARGO apud GRAÇA, 2018).

Em Bento Rodrigues existiam casas simples, mas construídas de forma ampliada. Quase toda a população era rural e trabalhava com a agricultura familiar e de subsistência para sobreviver, assim como criavam animais e possuíam pomares no quintal. Em Bento, tinham vendas e bares, internet, luz elétrica e água encanada. Só não existia lá agência bancária, mas os moradores se sentiam tão seguros que guardavam o dinheiro em casa. Lá também existia uma escola municipal e um time de futebol com sede própria (CAMARGO apud GRAÇA, 2018).

No dia 05 de novembro de 2015, a barragem de rejeitos de minério, Fundão, se rompeu na cidade de Mariana – MG e arrastou os lugarejos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo juntos. De acordo com Brunelli *et al.* (2018, p. 74), “as primeiras 26 horas após a tragédia de Mariana mudaram a vida da cidade da água para a lama”. O tremor relativo ao estouro da barragem fez com que outra barragem, a de Santarém, estourasse também despejando 60 milhões de toneladas de lama de rejeitos de Bento Rodrigues até o Espírito Santo (BRUNELLI *et al.*, 2018).

A Samarco só assumiu que havia rompido uma barragem de sua responsabilidade, três horas e dezessete minutos depois do acontecido. Logo após o bombardeio de notícias daquele dia 05, mapas de previsão da passagem da lama já começavam a circular, era preocupante a situação de abastecimento de água e, à noite o Ministério Público de Minas Gerais decidiu por abrir inquérito que buscasse a responsabilidade pelo rompimento. Bombeiros, equipes

médicas e enfermeiros tomavam o lugar de Bento para socorrer as vítimas e mobilizações eram realizadas para abrigar e ajudar os atingidos já desabrigados. Os que não haviam perdido as suas casas, preferiram ficar no subdistrito, só mais tarde descobririam que teriam que abandonar suas residências e que elas seriam derrubadas. Todo um distrito deixou de existir naquela tarde (BRUNELLI *et al.*, 2018).

A barragem de Fundão e Santarém rompidas, comparada a de Germano, também da Samarco, eram a segunda maior da mineradora (NUNES, 2019). Segundo dados dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) daquele ano, a barragem de Fundão era considerada uma contenção de rejeitos nova, em razão da elevação do seu primeiro nível, alteamento, só ser solicitado em 2010 e sua vida útil se estender até o ano de 2022 (NUNES, 2019).

Não se trata apenas de um mero acidente sem causalidade, o rompimento da barragem de rejeitos de minério é, segundo Lacaz, Porto e Pinheiro (2017), uma tragédia anunciada. Não pode ser considerado um acidente também, pois acidente se resume a “uma visão de evento fortuito, sem causas ou responsabilidades” (LACAZ; PORTO; PINHEIRO, 2017, p. 2). O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil como capitalista é um dos responsáveis pelas atitudes que foram tomadas pelas mineradoras até a eclosão do crime e as práticas gerenciais abordadas pelos principais cargos de decisão da mineradora (LACAZ; PORTO; PINHEIRO, 2017). Essas são umas das peças do quebra-cabeça que desencadearam uma série de ações que culminaram no rompimento da barragem de Fundão.

Ainda, conforme os autores citados acima, o Ministério Público Federal trata o rompimento como “um crime sócio-ocupacional-ambiental cuja responsabilidade precisa ser apurada de forma rigorosa. No entanto, isso pode se tornar difícil de ser alcançado, quando se trata de manejar a notória morosidade da justiça no Brasil [...]” (LACAZ; PORTO; PINHEIRO, 2017, p. 2).

Seis meses depois do rompimento da barragem de Fundão, as investigações começariam a desvendar as falhas que ocasionaram a morte de 19 pessoas que não só foi maior em perdas de vidas, porque uma funcionária da Samarco e também moradora de Bento Rodrigues, alertou a comunidade aos gritos em uma moto que a barragem havia rompido (PASSARINHO, 2019).

A investigação realizada pela Polícia Federal listou as falhas que a Samarco cometeu que resultaram no rompimento da contenção de rejeitos. O inquérito instaurado constatou que dentre as mensagens de áudios e conversas telefônicas trocadas pelos diretores e o ex-presidente da mineradora que a Samarco sabia e conhecia os riscos. Além disso, os materiais

presentes na construção da barragem eram diferentes do projeto inicial e não existia um responsável técnico pela barragem desde 2012 (ARPINI, 2016).

Os equipamentos que monitoravam a barragem não estavam funcionando no dia do rompimento ou, simplesmente, não funcionavam e possuíam defeitos, também sequer havia alertas ou sirenes para alertar as comunidades. Outra descoberta da Polícia Federal é que a Vale depositava rejeitos de outra contenção na barragem de Fundão, a quantidade informada não batia com o quanto era lançado em Fundão e não foram passados esses dados aos técnicos que faziam a Declaração de Estabilidade da barragem. O documento que atestava a estabilidade da barragem foi emitido sem a conferência dos instrumentos de medição. Foram descobertos também que outras estruturas de barragens se encontravam sob risco eminente (ARPINI, 2016).

Além da série de falhas acima, o plano de ações emergenciais não era eficaz. A Samarco foi alertada em mais de uma ocasião e não tomou as atitudes necessárias. A taxa de alteamento anual da barragem era alta por causa do grande volume de rejeitos lançados nela. O dique S2, um tipo de contenção para desviar a água e manter um caminho seco, estava assoreado, possibilitando que houvesse infiltração de água. O sistema de drenagem de água interna era deficiente. O laudo pericial enviado ao Ministério Público concluiu que a barragem rompera por causa de uma ruptura progressiva que não estava sendo drenada. Os documentos enviados para a investigação eram analisados antes pela Samarco, manipulando as investigações. Não haviam pessoas treinadas e preparadas em caso de emergência. Foram feitas obras de recuo na ombreira da barragem sem a utilização de um projeto. Um plano de ações emergenciais mais detalhado que poderia salvar vidas foi descartado pela Samarco, por ser considerado mais caro, assim como um estudo de liquefação foi desconsiderado (ARPINI, 2016).

A mineradora também desconsiderou as recomendações das inspeções de setembro e dezembro de 2014. O Relatório Anual de Lavra foi retificado pela internet, dezoito dias após o rompimento. A Samarco possuía um plano de construção de outra barragem, mas optou por aproveitar a estrutura e sobrecarregar a barragem de Fundão. Um dos responsáveis pela construção da barragem testemunhou que os drenos utilizados na barragem eram os mais baratos, em decorrência da interferência da escolha pela própria Samarco. Por fim, foi feita a escolha pelo modelo de barragem mais barato, montante, escolhendo o menor custo econômico ao invés da segurança (ARPINI, 2016).

As falhas citadas resultaram no rompimento da barragem de rejeitos de minério e sequenciaram diversos impactos ambientais, sociais e econômicos (FERREIRA, 2019;

NUNES, 2019; SOUZA; PAAZ, 2019). Os principais impactos do rompimento da barragem são a destruição do subdistrito de Bento Rodrigues, a morte de 19 pessoas e mais de mil pessoas desabrigadas (LEITE *et al.*, 2019).

Os impactos ambientais são provenientes da lama de rejeitos que passou, por aproximadamente 663 km, em torno dos rios Doce, Carmo e Gualaxo do Norte. Essa enxurrada de rejeitos afetou todo um ecossistema, impedindo a reprodução de inúmeras espécies de animais. Impactou também a vida de várias pessoas moradoras de 35 cidades que tiveram o seu abastecimento de água interrompido. Além do mais, a água do rio Doce ainda é imprópria para o consumo. Diversas espécies de animais foram extintas e podem levar décadas até que se recuperem as bacias hidrográficas (LACAZ; PORTO; PINHEIRO, 2017).

A lama de rejeitos devastou Áreas de Preservação Permanentes (APPs), assoreou nascentes e rios. Em torno de 1.469 hectares foram esfacelados. “Diversas espécies de peixes presentes na bacia do rio Doce, consideradas espécies ameaçadas ou endêmicas (que são encontradas somente em um local), podem ter sido atingidas” (LEITE *et al.*, 2019, p. 154).

Além dos peixes, prejudicaram a desova de tartarugas da praia da cidade de Regência no Espírito Santo que pertencem ao Projeto Tamar. A prática da pesca também foi interrompida, em razão de água estar contaminada com metais pesados o abastecimento ficou abalado comprometendo atividades da agropecuária e irrigação. O solo também foi contaminado por causa dos rejeitos sedimentados. O solo sofreu alterações químicas e, conseqüentemente, isso afetou a vegetação de tal forma que talvez ela nunca se regenere. (LEITE *et al.*, 2019) “Além de violar direitos de trabalhadores, agricultores e pescadores, a tragédia atingiu terras indígenas Krenak (MG), Tupiniquim (ES) e Guarani (ES), ferindo a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais” (LACAZ; PORTO; PINHEIRO, 2017, p. 2).

Lacaz, Porto e Pinheiro (2017) listaram os principais impactos sociais causados a pessoas que estão condicionadas a três subcategorias ligadas às conseqüências para a saúde pública e segurança, impactos sobre os elementos simbólicos, a educação dos atingidos e a forma como as pessoas se organizavam socialmente. No dia do rompimento, várias pessoas foram e, após o rompimento, muitas apresentaram danos a sua saúde psicológica. O acontecimento deixou um trauma nas pessoas, principalmente nas que foram forçadas a se deslocar e tiveram as suas vidas mudadas de um dia para o outro e sofreram/sofrem os resultados da desterritorialização (LACAZ; PORTO; PINHEIRO, 2017).

Segundo Leite *et al.* (2019), os danos psicológicos afetaram não só os atingidos, mas aqueles indivíduos que moram nas redondezas que sentem medo do rompimento acontecer

também nas suas localidades. As pessoas que mais sofrem são as que foram remanejadas longe das suas comunidades como a de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Barra Longa, por exemplo, porque tiveram que se habituar a um novo modo de vida, diferente do que tinham antes, algo com o qual não conseguem se adaptar e nem se acostumar, principalmente aqueles moradores mais antigos que possuem memórias e sonhos conquistados vinculados às localidades (LEITE *et al.*, 2019). A lama de rejeitos também levou objetos que representavam laços afetivos para os atingidos. Fotos, quadros, casas e igrejas antigas, objetos de recordação desapareceram ou não puderam ser resgatados (LEITE *et al.*, 2019).

Nunes (2019) estudou os impactos econômicos do rompimento da barragem de Fundão. Antes do rompimento, a cidade de Mariana possuía uma arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS alta e isso está relacionado ao poder de compra das pessoas que foi afetado pelo Imposto de Exportação – IE que diminuiu, em razão do desemprego e um menor repasse da arrecadação de impostos para a cidade. A exploração de minério é a principal fonte de renda de Mariana, a cidade arrecadou menos que nos anos anteriores ao rompimento da barragem.

Mesmo depois de tantos impactos causados por esse rompimento, os atingidos tiveram que lidar com mais um desafio de confrontar as mídias tradicionais que possuem um posicionamento tendencioso a respeito do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro. Carrato, Elísio e Diniz (2018) apontam que a mídia tradicional brasileira é omissa e conivente ao crime ambiental de Mariana. Os autores apontaram que esse tipo de mídia realizou uma cobertura falha que silenciou os atingidos e privilegiou os interesses dos políticos e empresários. Eles avaliaram os quatro jornais de principal circulação do país. O Globo, Folha de São Paulo, Hoje em Dia e Estado de Minas, duas emissoras Globo e Record, as rádios CBN e Band News. Em contrapartida, foram destacados os sites CGN, O Cafezinho e Conversa Afiada, que veicularam notícias que não apareceram nas mídias tradicionais.

Espindola, Nodari e Santos (2019) argumentam que antes mesmo das 17 horas, do dia 5 de novembro de 2015, os jornais já veicularam e cobriam o rompimento da barragem de Fundão. Sem ao menos ter detalhes do ocorrido, números eram divulgados e alterados logo depois. As primeiras imagens focavam em mostrar como os distritos e os rios da região estavam destruídos pela lama, principalmente o distrito de Bento Rodrigues e rio Doce coberto de peixes mortos boiando no meio da água turva de lama“ (ESPINDOLA; NODARI; SANTOS, 2019).

Ao analisar mídias regionais, nacionais e internacionais como os jornais Estado de Minas, The New York Times e Folha de São Paulo, Espíndola, Nodari e Santos (2019)

puderam chegar a algumas conclusões sobre o comportamento da imprensa. A mídia pautou a sua atenção na emoção das pessoas, no sofrimento, medo e até desespero. A veiculação de imagens fortes das áreas e das pessoas atingidas focou em uma cobertura sensacionalista. Após o ano de 2018, o número de reportagens sobre o rompimento diminuiu drasticamente. Enquanto na mídia decrescia a quantidade de notícias, cresciam os números de trabalhos acadêmicos sobre o tema (ESPINDOLA; NODARI; SANTOS, 2019).

Jornais que se diziam investigativos como Folha de São Paulo demoraram a veicular as notícias e somente compartilhavam as versões oficiais da empresa. Também não se importaram de pesquisar e relatar sobre os relatórios técnicos que indicavam que a barragem estava com superlotação. Outro veículo, a revista Exame, foi patrocinadora do prêmio anual “As maiores e as melhores” empresas, que premiou a Samarco três vezes antes do rompimento da barragem como a melhor mineradora do Brasil e ainda destacou a sua segurança. (CARRATO; ELÍSIO; DINIZ, 2018).

A forma que a mídia televisiva narra o rompimento, influencia como o público vai compreender a realidade e também as lideranças políticas, agentes corporativos, formuladores de políticas públicas e pessoas tomadoras de decisão. É comum entre as reportagens o protocolo de sempre incluir um especialista para validar a notícia e para moldar a opinião pública (ESPINDOLA; NODARI; SANTOS, 2019).

Ao analisar o que já foi noticiado, Fontes e Lopes (2017, p. 38) apontaram que as reportagens oscilaram entre os termos acidente e crime:

1º Como mero acidente, fatalidade, proveniente do acaso, minimizando as responsabilidades, causas e consequências, com vasto uso de vocábulos sensacionalistas e sem abordar a perspectiva dos atingidos direta e indiretamente pelo rompimento da barragem;

2º Como desastre proveniente de um abalo sísmico e também com enfoque sensacionalista, minimizando as responsabilidades e as possíveis consequências, bem como sem destaque à perspectiva dos atingidos;

3º Como negligência da empresa, uma tragédia anunciada, crime ambiental e abordando questões relativas aos atingidos pela barragem, ainda sob uma perspectiva sensacionalista da catástrofe.

A maioria das mídias desconhecem questões legais e técnicas relativas a direitos humanos que, por falta de preparo e desconhecimento das temáticas ambientais e também pela imposição cautelosa em desvelar os responsáveis pelo crime antes da justiça, em decorrência dos interesses dos veículos de comunicação entrelaçados aos interesses dessas grandes empresas (FONTES; LOPES, 2017).

Santos e Falco (2017) analisaram as informações veiculadas pelo portal G1 das organizações Globo. O nome da Samarco quase não foi citado, usado apenas em dois títulos das notícias analisadas. Isso mostra que para o G1 era interessante manter em um segundo plano os responsáveis pelo rompimento da barragem (SANTOS; FALCO, 2017). Os referidos autores afirmaram que esse posicionamento omisso da mídia tradicional é preocupante. A forma com que esses veículos de comunicação se colocam interfere nas experiências vividas. No caso do rompimento da barragem em Mariana, houveram mortes, perdas históricas, ambientais e sociais, que enquadramentos maléficos podem fazer que os telespectadores leitores não saibam a real dimensão desse crime, de quem é a culpa e o que realmente aconteceu.

Penedo apud Gomes (2017) afirma que ao analisar as matérias veiculadas em revistas notou-se que quase não havia entrevistas que priorizassem as vozes dos atingidos pela barragem, ao invés do que eles chamavam de fontes oficiais. Publicavam sobre multas e acordos, mas sobre as consequências do crime para a vida pessoal dos atingidos, como era a vida morando longe dos vizinhos que eram como pessoas da própria família, como estavam os familiares que perderam os seus parentes, como os pescadores estavam sobrevivendo, havia um silenciamento, por parte da mídia (PENEDO apud GOMES, 2017).

Inconformados com o tratamento da mídia tradicional e preocupados com que o rompimento caísse no esquecimento, “um grupo formado pela sociedade civil local se organizou e criou o coletivo “Um Minuto de Sirene”, que tem como objetivo lutar pelo direito à comunicação e à preservação da memória das comunidades” (ALDAY apud MENEZES, 2017, p. 140). O coletivo Um Minuto de Sirene também ajudou a fundar o jornal A Sirene, que para Possari apud Menezes (2017, p. 142), “subverte a hierarquia de vozes. Escrito em primeira pessoa, a voz do atingido é a única existente no jornal. Os jornalistas conversam com as vítimas do desastre, transcrevem exatamente o que foi dito e o texto passa por aprovação do entrevistado”.

O jornal possui o desafio de balancear, sem anular, as diferenças políticas existentes entre os próprios atingidos, “que muitas vezes manifestam opiniões distintas sobre o seus problemas e, inclusive, mesmo que de maneira minoritária, sobre a validade do próprio jornal, com ‘voz’ que os representa” (MENDES; MENEZES, 2016, p. 1071). Além do mais, cabe ao jornal A Sirene “garantir que se mantenham as contradições presentes na mediação dos grupos de apoio que reúnem sujeitos diferentes com identidades culturais e pessoas distintas, assim como são diferentes as suas crenças e valores sobre a forma que agem e participam politicamente” (MENDES; MENEZES, 2016, p. 1071).

Conforme Celestino e Silva (2017), as principais questões presentes no jornal A Sirene estão relacionadas a temas sobre questões sociais e jurídicas. O jornal também leva em consideração o lado humano e subjetivo dos atingidos que lutam pelos seus direitos após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão. Os autores comentam também sobre os atingidos se tornarem repórteres do jornal e, com isso, os empodera para lutar pela reconstrução da sua história e da vida que tinham antes, além da união dos atingidos para comunicar as suas histórias, os seus sentimentos e a sua cultura local. A luta também é contra os obstáculos colocados pela Samarco e por aqueles que apoiam a mineradora, em decorrência da manutenção de empregos e auxílio financeiro para o município (CELESTINO; SILVA, 2017).

Por fim, o jornal A Sirene junto aos atingidos luta contra o apagamento, o silenciamento e o esquecimento dos fatos. O jornal recorre, principalmente, à memória para contar da dificuldade das famílias desabrigadas, a vida antes nos distritos, a vida agora, indagações sobre o futuro e a luta por direitos mesmo com o preconceito sofrido (BRUCK; VARGAS, 2019). Uma análise realizada pelos autores supracitados chegou à conclusão que de fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019, foram encontrados 61 textos que contêm o conteúdo relacionado à memória que “pode mesmo ser assim: libertação para uns e para outros, quase uma condenação” (BRUCK; VARGAS, 2019, p. 18). O jornal A Sirene pode ser caracterizado como uma mídia alternativa que será descrita a seguir.

Fiorucci (2011) trouxe para o debate acadêmico a nova geração do jornalismo crítico: as mídias alternativas. O que caracteriza de fato uma mídia alternativa "é o fato de não ser uma empresa capitalista, caso dos jornais de partidos políticos, sindicatos e de instituições da sociedade civil [...], concepção que exclui qualquer publicação que seja regida pelas regras do mercado" (CARVALHO, 2004 apud FIORUCCI, 2011, p. 458). Há dois propósitos principais citados pelo autor que se destinam às mídias alternativas: oposição ao modo de poder operante e ao seu comportamento; busca por apoio e solidariedade horizontalmente. Esses propósitos complementam o que “o pesquisador chama também de mídia radical, o que pode ser entendido como "manifestação alternativa contrária às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas” (FIORUCCI, 2011, p. 459).

Haubrich (2015) contextualiza que as mídias alternativas estiveram vinculadas entre os séculos XIX e XX aos movimentos operários (anarquistas e comunistas). Com o golpe de 1964, houveram mudanças políticas que viriam a alterar também a forma como as mídias alternativas seriam veiculadas, como, por exemplo, os jornais O Pasquim, Opinião, Bondinho e EX que funcionavam como alternativa esquerdista, crítica e política à ditadura. Esses tipos

de mídias foram se reinventando para sobreviver, ao longo do tempo, sendo caracterizado por participar ativamente de movimentos populares de base localizados em comunidades ou grupos sociais menores.

Amorim (2007, p. 4) destaca que os jornais alternativos de pequeno porte que surgiram, na época da ditadura militar brasileira eram chamados de nanicos, “se caracterizavam por noticiar os graves crimes praticados no país, como as mortes de presos políticos, [...] a violação dos direitos humanos, a dívida externa, a luta contra a censura e ao regime autoritário imposto ao país, enfim, entre outros temas de interesse geral da população”.

Góes (2007) expõe que os movimentos sociais de papel contra-hegemônico e alternativo atuam, por meio de vários vetores, principalmente as mídias que são evidenciadas em um cenário de representação política que contradiz os valores dominantes para apresentar outra ideia em prol da comunidade. De acordo com Góes (2007), os movimentos utilizam como apoio panfletos, rádios comunitárias, pôsteres, jornais populares, boletins, manifestações artísticas e meios digitais. Esse conjunto de vetores é caracterizado pelo autor como instrumento de ação contra-hegemônica. Para que esse material se encaixe na tipologia de uma mídia alternativa e radical deve possuir as seguintes características: apresentar um conteúdo radical socialmente, culturalmente e politicamente. Para o autor se opor às mídias tradicionais não basta criar leituras, é preciso proporcionar mobilizações e leitores-escritores.

Góes (2007) ainda explica que há dois elementos que se destacam na construção das mídias alternativas: a pauta jornalística e o enquadramento (*framing*) das notícias. As mídias alternativas veiculam notícias que pouco interessam aos veículos tradicionais, ora ignorados ora ocultos. Como o jornalista vai selecionar os aspectos da realidade irá influenciar o que será destacado no texto comunicativo, ou seja, interpreta a realidade, por meios dos seus valores, o que o autor chama de *framing* contra-hegemônico.

Outro ponto bastante importante, presente nas mídias alternativas, não é necessariamente a participação formal dos seus jornalistas e voluntários, mas é a abertura da capacidade de se expressar, por meio desse veículo de forma espontânea e crítica. Nesse sentido, as relações presentes no interior dessas mídias devem se extrapolar para o exterior, ou seja, “com a sociedade geral e com os movimentos populares que nele atuam, uma relação de constante diálogo e de resposta às demandas que ali nascem e ganham relevância” (HAUBRICH, 2015, p. 5). Além do mais, para que uma mídia realmente seja caracterizada como alternativa, seu sentido deve ser transformador (HAUBRICH, 2015). O autor pontua então qual deve ser o sentido desse tipo de veículo:

Um sentido de busca de transformações sociais: a mídia alternativa deve ser alternativa não apenas em relação ao aparato midiático dominante, mas também deve construir alternativas ao sistema social vigente. Assim, deve unir os elementos anteriormente citados em proveito dos setores sociais historicamente oprimidos, tendo como norte sua emancipação através da transformação social, e como caminho a esse destino a informação, a formação, a integração e a expressão populares através da própria mídia alternativa (HAUBRICH, 2015, p. 12).

Um grande problema enfrentado, no Brasil, pelas mídias alternativas é a falta de apoio e recurso financeiro para apoio e sobrevivência dos canais de televisão e das rádios, assim como de todos os veículos alternativos de comunicação, por possuírem em seu caráter características anticapitalistas (BECKER, 2009).

Após apresentar o que são as mídias alternativas, é possível caracterizar o jornal A Sirene como uma delas. Além do mais, esse jornal é considerado um tipo de comunicação alternativa, comunitária e popular (BRITTES, 2016; MENDES; MENEZES, 2016). De acordo com Mendes (2018) e Sousa (2018), o jornal A Sirene não pode ser enquadrado no formato dos meios jornalísticos tradicionais, “trata-se de uma forma emergente de empoderamento das comunidades atingidas, apresentando um grau de subjetivação e de posicionamento identitário” (MENDES, 2018, p. 26). Até a pauta do jornal é diferente dos outros jornais, pois mantém a visão de quem é enredado. Segundo Sousa (2018), esse tipo de mídia alternativa gera respostas, veicula notícias atuais e foca seu conteúdo em dados simbólicos que relacionam o passado e o presente, “cooperando para a memória simbólica social, incluindo o tempo como elemento de orientação. O uso da memória alcança os atores sociais, permitindo a importância cultural e identitária dos grupos” (SOUSA, 2018, p. 4).

O jornal A Sirene foi criado em meio a um recomeço da vida dos atingidos. Segundo Andrade apud Menezes (2017, p. 144), “as famílias desabrigadas hoje sonham com a reconstrução de suas comunidades, ação prevista no acordo estabelecido entre a Samarco, suas acionistas, Vale e BHP Billiton, e os governos Federal e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo”. O terreno escolhido para a reconstrução da comunidade de Bento Rodrigues já foi demarcado, seu nome é Lavoura, o local possui solo fértil para as plantações e criação de animais e fica a 9 km de distância do antigo subdistrito. Outras duas comunidades também serão reconstruídas, Paracatu de Baixo e Gesteira (ANDRADE apud MENEZES, 2018).

O modo como o crime ocorreu e os desdobramentos ocorridos, depois do rompimento da barragem, empurraram os moradores dos distritos à situação de ressignificar o que são perante a sociedade, em geral, levando-os a aprender o que é ser um sujeito atingido. Nesse

contexto, várias denominações são utilizadas para caracterizar os atingidos como: “expropriados, deslocados, inundados, alagados, afogados, afetados, atingidos diretos e atingidos indiretos” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA], 2014, p. 15).

Santos (2015, p. 116) afirma que o termo “atingido” é discutido em várias áreas:

(i) no campo da afirmação de direitos, do reconhecimento de violações rebatendo sobre processos indenizatórios, (ii) no seio dos movimentos sociais como identidade política coletiva e na disputa por contra-hegemonia na sociedade; (iii) no meio acadêmico, na busca por sua afirmação como conceito.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) publicou, em 2011, o conceito de atingido, por meio do Relatório de Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 2010. Para que alguém seja considerado atingido, nesse relatório, deve se englobar grupos sociais, indivíduos e famílias. Portanto, devem-se considerar os seguintes aspectos:

- A implantação de uma barragem implica, via de regra, processo de complexo de mudança social, que envolve deslocamento compulsório de população e alterações na organização cultural, social, econômica e territorial.
- Entende-se que na identificação, dos impactos e dos grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos devem ser consideradas as alterações resultantes não apenas da implantação do reservatório, mas também das demais obras e intervenções associadas ao empreendimento, tais como canteiro, instalações funcionais e residenciais, estradas, linhas de transmissão, etc.
- Na identificação dos tipos de impactos deve ser considerados, entre outros: a) o deslocamento compulsório (de proprietários e não proprietários); b) a perda de terra e outros bens; c) perda ou restrição de acesso a recursos necessários à produção do modo de vida; d) perda ou redução de fontes de ocupação, rendas ou meios de sustento; e) ruptura de circuitos econômicos.
- Em certas circunstâncias também devem ser considerados a jusante da barragem, que se fazem sentir normalmente apenas após o enchimento do reservatório. A restrição ou perda de potencial pesqueiro, mudanças do regime hídrico, efeitos sobre a navegação e comunicação, perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante ou outras formas de exploração das várzeas (garimpo, extrato de materiais, etc), assim como todas as interferências a jusante deverão ser considerados para efeito da identificação dos impactos.
- Devem ser considerados como perda as alterações impostas e circuitos e redes de sociabilidade, sempre que implicarem ruptura de relações importantes para a reprodução social, consideradas as dimensões culturais e

a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas.

- As perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, imateriais e intangíveis, e por isso mesmo não passível de quantificação ou de simples indenização financeira, devem ser consideradas objeto de ampla e aberta discussão e negociação.
- Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingido.
- Deve ser considerada a dimensão temporal dos impactos, de modo a incorporar o caráter essencialmente dinâmico dos processos sociais, e econômicos, políticos e ambientais. Isto implicará em considerar impactos que se fazem sentir em diferentes momentos do ciclo do projeto, desde o início do planejamento.
- Para os Povos Indígenas e demais Comunidades Tradicionais serão consideradas suas especificidades culturais, direitos históricos, constitucionais e reconhecidas por convenções internacionais (CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA [CDDPH], 2011, p. 30-31).

Corrêa e Silva (2016) discorrem que o MAB tem uma proposta de Educação do Movimento dos Atingidos por Barragem que emerge do que os autores chamam de “Pedagogia do Movimento” do campo crítico que auxilia a revelação de novos sujeitos e reflexões diferentes da lógica dominante. De acordo com os autores, o MAB consiste em um movimento social que tem suas raízes históricas, nos anos de 1970, juntamente com o advento do planejamento e com a implementação de grandes projetos hidrelétricos desenvolvimentistas que ocorreram, durante a ditadura civil-militar, entre os anos 1964 a 1985. Porém, foi só em 1991 que o movimento se consolidou como popular capaz de mobilizar os atingidos para lutarem pelos seus direitos. Atualmente, o MAB é composto por atores sociais que propiciam um espaço de saberes, cujos participantes são entendidos como sujeitos pedagógicos (CORRÊA; SILVA, 2016).

O MAB é importante para esta pesquisa, pois está presente no jornal A Sirene, dando suporte em várias reportagens. Seus princípios pedagógicos funcionam como um projeto de educação e contribuem para a formação de novos sujeitos ativos. Entre os diversos princípios, se destacam: o direito à educação, à escolarização e à aprendizagem; o atingido como sujeito do processo educativo e histórico; a gestão democrática das práticas de educação; a relação entre educação e política energética e ambiental; a educação contribuindo com a construção de um projeto socialista para o Brasil. Ao colocar como protagonistas os sujeitos atingidos, o

Projeto de Educação do MAB torna como centrais os temas : “a história, a memória, o modo de vida e de trabalho, os saberes, a cultura, os tempos e espaços desses sujeitos atingidos, a natureza, de forma relacional e totalizante” (CORRÊA; SILVA, 2016, p. 357).

Outra pesquisa de Moraes (2018) reflete sobre as percepções de sujeito atingido pelo crime da Samarco, no município de São José do Goiabal, em 2015. Para tanto, os pesquisadores utilizaram o conceito de atingido de Vainer (2008). Segundo Moraes (2018, p. 31), a “discussão sobre o conceito de atingido envolve o reconhecimento e legitimação de direitos daqueles impactados, direta ou indiretamente, pela política energética de construção de barragens no Brasil”. Antes, as respostas do Estado para esse tipo de acontecimento eram propor ações indenizatórias cujo objetivo era somente propor uma reparação territorial e não se reconheciam os impactos ambientais e sociais. Argumentos de caracterização do atingido como pessoa economicamente deslocada também era debatida. A Comissão Mundial de Barragens adotou a concepção de que o atingido era aquele que sofreu um deslocamento físico e perda dos seus modos de vida (MORAES, 2018).

O autor ainda explica que, pela categoria atingida, não pode ser homogênea, há uma incerteza sobre o conceito de sujeito atingido. Nesse sentido, “o maior problema não é a ausência de conceitos claros, mas sim a resistência das empresas e dos quadros técnicos, elaboradas sob as concepções territorial e hídrica, simplesmente indenizatórias” (MORAES, 2018, p. 35). A partir desse argumento, é citada a Fundação Renova, uma organização privada não governamental, criada em 2016, após a discussão do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), para realizar a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. Nesse percurso, a Renova utilizou questionários e entrevistas na tentativa de mapear e dizer quem são os atingidos. De tantas críticas recebidas a esse cadastro, os atingidos conseguiram, junto ao Ministério Público e dos movimentos sociais, o direito de refazer o cadastro e ter a assessoria técnica da Cáritas Brasileira não só para avaliar as suas perdas, mas também para ressarcir-los quanto aos danos morais (MORAES, 2018).

Outro ponto relevante para essa discussão é que a Samarco insiste em usar o termo “impactado” no lugar do termo “atingido”. Tal atitude “recebe críticas por diminuir a gravidade do crime e por ser usado como estratégia para cansar os atingidos que precisam voltar atrás para primeiro reivindicar questões básicas como a de nomenclatura” (MORAES, 2018, p. 36). Quando se discute a violação de direitos, entende-se que a compilação do conceito de atingido gera essas violações, pois empobrece e desqualifica as famílias e grupos sociais que deveriam ser reparados e ter uma compensação justa (SANTOS, 2015).

De acordo com Ferreira (2019), o TTAC organizado pela Fundação Renova estipula critérios a serem cumpridos para que as vítimas do rompimento da barragem tenham o direito de receber os “benefícios”, como se isso fosse um agrado, um ganho a mais e não um ressarcimento dos prejuízos causados pelo crime. Segundo a análise realizada pela autora, os critérios estabelecidos servem para reconhecer qual das vítimas podem ser consideradas “impactados” para que então possam receber a reparação pelos prejuízos causados. Entretanto os danos cometidos por causa do rompimento da barragem não foram ditados pelos atingidos, mas por agentes que fazem parte do acordo da Fundação Renova que estão intimamente relacionados às mineradoras que são responsáveis pelo crime (FERREIRA, 2019). “Assim, a Samarco, Vale e BHP definiram tantos os danos do rompimento, assim como aqueles que o sofreram” (FERREIRA, 2019, p. 88).

A forma como a Fundação Renova estabelece critérios para segregar quem é impactado e quem não é, resulta novamente no sofrimento dos atingidos que mais uma vez são apagados e silenciados, já que não podem dizer quais são os seus prejuízos e interesses, quem rotula é a mesma instituição que o impôs. Tal ação inibe os atingidos não pleiteados nos requisitos como se a denúncia feita por eles fosse infundada, já que não consta no acordo do TTAC que eles são atingidos (FERREIRA, 2019).

Outro conceito explorado por Vainer e debatido por Foschiera (2010), é o de ‘atingido comunidade’ no qual atingidos inseridos em comunidades formam uma rede de sociabilidade, mas tal rede se rompe quando as pessoas são obrigadas a migrarem dos seus lugares e assim se perde o elo da comunidade.

Conforme Foschiera (2010), o conceito de atingido por barragem aparenta ser algo natural, mas na verdade ele vem de uma construção social que se remodela no decorrer do tempo e em espaços distintos. A forma com que os atingidos vêm adquirindo aprendizados vem mudando a prática dos seus atos. Logo, em razão das novas necessidades discursivas vêm surgindo práticas novas em um contexto que muda realidades e transforma os atingidos de uma forma que o próprio conceito do que eles são também se reestrutura.

Conseqüentemente, “ao se definir quem é atingido está se delimitando a área e as pessoas impactadas pelo empreendimento e, ao mesmo tempo, delimitando-se o território de luta entre os grupos conflitantes” (FOSCHIERA, 2010, p. 123). Nesse sentido, é de grande interesse das empresas construir um conceito que delimite os atingidos e onde eles vivem, para os movimentos é justamente o contrário (FOSCHIERA, 2010). Porém, há cadastros que servem de apoio aos atingidos, como é o caso do cadastro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

O IPEA desenvolveu uma metodologia com o intuito de levantar a situação econômica, social e cultural das regiões atingidas por barragens. Com a realização desse trabalho, é possível realizar a quantificação e a qualificação da dívida social do Estado com os atingidos (IPEA, 2014).

Até o conceito sobre as áreas atingidas é um conflito. O IPEA (2014), discorre que na visão dos atingidos, a área atingida é muito maior que o espaço alagado. Além disso, envolve vários grupos e sujeitos como proprietários rurais e urbanos com ou sem escrituras, famílias, comunidades inteiras, agricultores sem-terra, comerciantes, professores, estudantes, comunidades tradicionais, ribeirinhos, pescadores, quilombolas e indígenas. Enfim, todos os sujeitos que sofreram algum tipo de mudança das suas condições de vida (IPEA, 2014; RIBEIRO; MORAIS, 2019).

Nóbrega (2011, p. 125) nomeia os atingidos de “refugiados de uma guerra desconhecida e refugiados do desenvolvimento”. A autora também faz referência ao Relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) de 1985 que denomina os atingidos como “ecorrefugiados”. De acordo com Nóbrega (2011, p. 131), “entre os atingidos por barragem não estão apenas os que já sofreram os prejuízos causados pela construção desses empreendimentos, mas também os grupos e comunidades ameaçadas por projetos de barragem”.

Dessa forma, os atingidos receberam reconhecimento de dezesseis direitos que não deveriam ser violados:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;
5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida;
8. Direito à plena reparação das perdas;
9. Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;
12. Direito dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo judicial;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária (CDDPH, 2011, p. 15).

Estabelecer direitos junto ao conceito ampliado de atingidos pode dar a garantia que as empresas não vão reduzir os atingidos a um conceito restrito e nem violar seus direitos a ponto de não reparar os danos de forma justa (SANTOS, 2015). Além do mais, um dos canais de comunicação das vítimas do rompimento da barragem auxilia a compreensão do que é sujeito atingido que possuía uma história antes do crime e ela foi interrompida. A forma como esses sujeitos lutam por direitos, estão vivendo pós o crime e mantêm a memória das suas localidades são narradas no jornal A Sirene. Em oposição às mídias tradicionais, esse tipo de mídia alternativa compartilha os sentidos subjetivos dos sujeitos atingidos a respeito do que é para eles o rompimento da barragem de Fundão e como a partir desses outros sentidos subjetivos foram surgindo outras formas de adaptação à nova vida após o crime e como eles poderiam se articular pela luta por direitos por meio da comunicação popular.

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa é qualitativa do tipo descritiva e explicativa, pois ao mesmo tempo que se descreve o rompimento da barragem de Fundão no detalhe com levantamento de dados do jornal, A Sirene também foca-se em investigar os sentidos subjetivos que compõem o sujeito atingido pelo rompimento da barragem. Pela análise do jornal, pretende-se compreender a origem da relação dos sentidos subjetivos produzidos pelos atingidos e a ruptura da barragem. Dessa forma, pretende-se explicar como esses sentidos se sobressaem na publicação jornalística.

No caso desta pesquisa, os olhares se pautaram em analisar e desvelar os sentidos subjetivos na construção do sujeito atingido pelo rompimento da barragem de Fundão no jornal A Sirene, uma produção feita por alguns dos atingidos e para os próprios atingidos.

4.2 Procedimentos e técnicas de coleta de dados

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica para encontrar artigos científicos e obras acadêmicas sobre o tema abordado. Nessa etapa, foram consultadas revistas e livros relevantes. Buscou-se trabalhos científicos que fizessem referência ao rompimento da barragem, seja descrevendo o rompimento e suas consequências ou que analisaram os atingidos. Também foram selecionadas pesquisas que ajudassem no entendimento do arcabouço teórico sobre sentidos subjetivos e as produções de González Rey.

A segunda etapa da coleta de dados foi o uso da pesquisa documental. A fonte de dados primários foi referente às edições do jornal A Sirene, contemplando a princípio quarenta e seis exemplares, entre os anos de 2015 a 2017. Após o levantamento dos documentos, o material passou pela técnica de análise de conteúdo. De acordo com Godoy (1995, p. 21), a pesquisa documental se refere ao “exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares”.

4.3 Análise e interpretação dos dados

A técnica de análise dos dados foi a Análise Temática de Conteúdo apresentada por Minayo (2007). Dessa maneira, este método se divide em três partes: a pré-análise, a exploração ou codificação do material e a interpretação dos resultados obtidos.

A Análise de Conteúdo nesta pesquisa, de forma qualitativa. O tipo de grade definido foi a grade fechada que, conforme Vergara (2005, p. 17), escolhem-se “preliminarmente as categorias pertinentes ao objetivo da pesquisa. Identificam-se, no material selecionado, os elementos a serem integrados nas categorias já estabelecidas”. Portanto, as categorias foram especificadas antes da análise, após a leitura dos materiais científicos. O *corpus* de análise da pesquisa são as edições do jornal A Sirene que estivessem relacionadas ao Rompimento da barragem, à caracterização dos atingidos e a especificidade da Comunicação proposta pelo jornal. Diante disso, também foram definidas as unidades de análise, cuja abrangência destaca parágrafos, palavras e frases que fizessem a ligação às categorias definidas. Dessa forma, as seções e as edições encontram-se listadas no Quadro 1:

Quadro 1 – Categorias de análise.

Categorias	Seções	Edições
Rompimento da barragem	“A gente Explica” e o Editorial	nº 0, 1, 3, 5 e 10
Sujeito Atingido	“A gente Explica”; “O MAB e a luta dos Atingidos em Barra Longa”; “Atingido quem é você?”; Editorial; “Um cadastro dos atingidos”; “Somos atingidos, sim!”; “Ser atingido”; “Quem São os atingidos e atingidas de Barra Longa?”;	nº 0, 6, 10, 15, 17, 20 e 22
Comunicação	Editorial; “Ser celebridade da desgraça”; “A gente explica”; “Gesteira e Rio Doce recebem Oficina de Repórteres”; “Qual é a voz do (a) atingido (a)?”; “Por que dizemos não ao jornal da fundação Renova”; “O que a mídia (não diz) ... nós dizemos”; “Recados para mídia”; “Direito de Imagem: Notas jurídicas sobre as impressões da mídia”;	nº 0, 3, 18, 20, 23,25, 31 e 39

Fonte: Da autora (2020).

Na etapa da pré-análise, selecionou-se o material que passou por uma leitura flutuante que, ao longo da pesquisa se tornou mais precisa. Todas as edições do jornal estão disponíveis no site do próprio jornal, e para proceder a análise foi realizado o *download* em formato PDF e o armazenamento das edições por ordem de data. A segunda etapa foi a exploração do material, após a leitura dos jornais e do referencial teórico, foram selecionadas as seções fixas “A gente Explica” e o “Editorial”, e algumas reportagens que correspondessem às categorias pré-definidas. Assim, foram selecionadas as sessões jornalísticas que, de alguma forma, se identificassem ao material teórico e pudessem responder aos objetivos específicos sobre o rompimento da barragem, a comunicação sobre os atingidos e a busca pela conceituação do sujeito atingido. Foram analisadas, minuciosamente, cada edição do jornal e selecionadas as reportagens que estivessem relacionadas às categorias abordadas.

A terceira e última etapa foi o tratamento dos resultados da análise de conteúdo obtidos e a interpretação, após a análise minuciosa das seções selecionadas para a análise do jornal A Sirene, foram analisados os sentidos subjetivos sobre o rompimento da barragem de rejeitos, os sentidos subjetivos sobre sujeito atingido e os sentidos subjetivos relacionados às mídias tradicionais e às mídias alternativas interpretadas à luz da produção teórica de González Rey (2006) sobre subjetividade e sentido subjetivo.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados desta pesquisa, que foram divididos em subseções relacionadas a cada um dos objetivos específicos e categorias de análise.

5.1 Caracterização da forma de produção, publicação e distribuição do jornal A Sirene

Após o rompimento da barragem de Fundão em 2015, voluntários se organizaram e começaram a mobilizar as redes sociais em busca do direito à comunicação dos atingidos. A página do facebook se chamava ‘#BentoFala’ (PAZZA, 2017). Os atingidos e a comunidade insatisfeitos com a cobertura midiática da imprensa hegemônica e tradicional criaram um jornal feito para e pelos atingidos: o coletivo “Um minuto de Sirene”.

O jornal surgiu, a partir do Coletivo #UmMinutodeSirene, em colaboração também com um projeto da Nitro Imagens, agência de comunicação, com frente do jornalista Gustavo Nolasco, cujo foco era levar pessoas comuns para fazer entrevistas em seus bairros e mostrar a realidade daquele local, se aliou ao coletivo para a criação do jornal. Junto à Nitro Imagens, os sirenistas buscaram apoio das instituições da cidade de Mariana, a UFOP e a arquidiocese.

A professora, Juçara Brittes, atendeu ao interesse da comunidade e reuniu voluntários, estudantes de jornalismo do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA da UFOP, para a diagramação do primeiro jornal. Conforme Brittes (2016, p. 2), no início “o projeto contaria apenas com uma oficina coordenada pela Nitro Imagens, nos moldes de outros trabalhos sociais já desenvolvidos pelo coletivo, nos quais sujeitos ordinários são elevados à condição de protagonistas de seus discursos”.

Para o fortalecimento desse movimento, instituiu-se a criação, em fevereiro de 2016, de um veículo de comunicação intitulado “A Sirene: para não esquecer”. O jornal possui esse nome para se lembrar da sirene que não tocou, no dia rompimento da barragem, que poderia ter salvado vidas e alertado a comunidade que foi soterrada. A primeira edição, que tinha como projeto ser única, reuniu cerca de 25 a 30 atingidos para contar a sua história e foram eles também que escolheram o nome do jornal. Os atingidos então concordaram em realizar mais edições do jornal. A arquidiocese de Mariana reuniu o apoio financeiro com várias igrejas da região para que o projeto jornal não parasse (DIREITOS HUMANOS, 2019).

Os atingidos participam da produção do jornal, por meio da escrita, depoimentos, sugestão de pautas e, até mesmo, da distribuição do jornal impresso. Além disso, atualmente os dois Editores Chefes do Jornal A Sirene são os atingidos de Barra Longa e de Bento

Rodrigues. Ambos estão presentes na produção do jornal, desde o início do projeto, e são responsáveis também, pela entrega e distribuição dos jornais. Um dos atingidos de Bento Rodrigues também atua como repórter e conta com uma coluna fixa chamada "Papó de Cumadres". Além deles, o jornal conta com a participação dos atingidos de Barra Longa, de mais um repórter atingido de Bento Rodrigues, como membro do Conselho Editorial do jornal (DIREITOS HUMANOS, 2019).

Os envolvidos na realização do jornal trazem os (as) atingidos (as) para o processo de produção das matérias, seja no momento de sugestão de pautas, de entrevista ou de fechamento dos textos. A produção funciona de uma maneira bem distinta de outros jornais, na Sirene, os(as) atingidos(as) assinam como autores das matérias e os (as) jornalistas (equipe técnica) assinam como colaboradores, antes de publicarem as reportagens e enviar o jornal para gráfica eles sempre ligam para as pessoas com quem conversaram para confirmar se o que está escrito está correto, se gostariam que algum depoimento fosse acrescentado ou retirado. Fazem isso, porque entendem que o protagonismo nessas narrativas é dos(as) próprios(as) atingidos(as) (DIREITOS HUMANOS, 2019).

Ressalta-se que o jornal A Sirene é um espaço de denúncia, registro e memória que tem como principal foco garantir que os(as) atingidos(as) se sintam representados e tenham um espaço que permita que suas vozes sejam ouvidas, enquanto outros meios de comunicação trabalham para que, cada vez mais, essas pessoas sejam silenciadas (DIREITOS HUMANOS, 2019).

A Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP disponibilizou salas e laboratórios do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA tanto para as reuniões, quanto para a realização completa do jornal. Seu surgimento também está atrelado às parcerias realizadas com a UFOP, do projeto de extensão intitulado ‘Nos Bastidores da Notícia’ que reúne adolescentes e crianças de bairros periféricos da região de Mariana e com o projeto ‘A Sirene e o Direito à Comunicação dos Atingidos pela Lama’ (CAMPOS, 2017).

A tiragem do jornal compreende “2 mil exemplares e conta também com uma página no *Facebook*, um blog e o portal por onde é possível baixar as edições do jornal” (CAMPOS, 2017, p. 7). Ele é produzido mensalmente e sua versão impressa é sempre lançada no dia 05 de cada mês, data que relembra o dia do rompimento da barragem.

Pazza (2017, p. 81) enfatiza que os sirenistas “recorrem ao processo de comunicação independente como forma alternativa à imprensa que promove uma espetacularização em torno da tragédia, de forma acrítica e estática”. Nesse sentido, o que é narrado pela mídia tradicional não corresponde ao que os atingidos querem dizer, pois as vozes ali presentes

estão afetadas por fontes próximas das mineradoras Vale, Samarco e BHP. Além disso, a cobertura jornalística hegemônica tende a dar atenção e realizar um espetáculo sob a exploração do sofrimento das vítimas sem valorizar as suas falas, recortando as declarações. O que diferencia o jornal A Sirene desses outros veículos de comunicação é que o jornal tem atuação “tanto no processo de produção do material quanto no teor das notícias, dando voz aos que pouco são ouvidos, abrindo espaço para opiniões que não são acolhidas pela mídia oficial [...]. Os sirenistas são livres para expor sua história, sentimentos e revolta” (PAZZA, 2017, p. 81).

Há uma estrutura específica presente em todas as edições do jornal. Além do Editorial são as seções “A gente explica”, disposta de um dicionário que traduz palavras ligadas ao crime com o entendimento dos próprios atingidos do significado daquele tema; a seção “Papo de Cumadres” que narra uma conversa entre moradores das áreas atingidas, preservando a forma como eles dialogam e as expressões do local, a seção “Agenda” que disponibiliza os horários das reuniões dos atingidos e eventos tornando acessível à informação; por fim, o jornal propicia ao leitor pela seção ‘Pelo Direito de entender’ uma forma de esclarecimento da sua condição de oprimido para que ele conheça seus direitos e possa reagir (BATINGA; MENEZES, 2016).

Até a capa dos jornais traz menos informações escritas para enaltecer a imagem do fundo que é única e traz interpretações particulares daqueles que foram atingidos. A Sirene não segue o padrão da mídia tradicional, mesmo apresentando características de gêneros jornalísticos como as reportagens, entrevistas, notícias e o já citado Editorial, ele valoriza outras estruturas textuais não convencionais como desenhos, poesias, o discurso preservado dos atingidos e sua opinião (BATINGA; MENEZES, 2016).

Esse tópico teve como objetivo caracterizar a forma de produção, publicação e distribuição do jornal A Sirene. É importante ter conhecimento de o porquê da criação do jornal, para entender o contexto de sua história que também representa um dossiê de como os atingidos vêm se organizando após o rompimento. O jornal é produzido com a participação efetiva de alguns atingidos que assumem as funções de editores, distribuidores e repórteres. Sua publicação ocorre, mensalmente, no dia que a barragem rompeu para lembrar aquela data. Sua distribuição passa de mil exemplares e se expande para o *facebook* e um *blog* do mesmo nome. Se destacam no jornal temas variados relacionados à luta por direitos, recordações da vida que tinham antes e, principalmente, “áreas que atingiram ou ainda atingem” aqueles sujeitos (CELESTINO; SILVA, 2017, p. 197).

5.2 Sentido subjetivo sobre o rompimento da Barragem de Fundão no jornal A Sirene

Na primeira edição, nº 0 de 2016, em um dos primeiros momentos o termo “tragédia” é usado no Editorial para se referir ao rompimento da barragem de Fundão. Naquela época, quando a barragem de Fundão rompeu, a própria mídia tratava o rompimento como tragédia. Mesmo seis meses após o acontecimento, o site G1 da Globo narrava em um vídeo no mês de abril de 2016 a “tragédia” do rompimento. Porém, os sentidos da palavra tragédia são diferentes entre os atingidos e a mídia. Observa-se, no glossário criado pelos atingidos, no jornal A Sirene que associam a palavra tragédia a algo que não deveria ter ocorrido e que interrompeu a vida que eles tinham antes do rompimento.

Enquanto a cobertura jornalística tradicional ameniza um crime, um crime que não os atingiu, já os atingidos vão conferindo diferentes sentidos subjetivos, a partir do momento que vão refletindo sobre o que os atingira, como e o porquê aconteceu. A extensão dos sentidos subjetivos relacionados ao rompimento da barragem vai aumentando assim que práticas e conceitos vão caracterizando a realidade social daqueles sujeitos.

Através da leitura do jornal, pode-se notar que o sentido subjetivo sobre o rompimento da barragem de rejeitos de minério vai se alterando, ao longo das edições. Exemplifica-se essa mudança de sentido subjetivo na análise encontrada na seção fixa “A gente explica”. Nela, os atingidos montam um glossário particular para explicar as palavras-chave sobre o rompimento. Na primeira edição, por terem vivido de perto o rompimento da barragem, os atingidos se mostram assustados pela perda da sua comunidade: “Tragédia. 1. Perdas 2. Destruição, **não deveria ter acontecido isso** 2. Morte, coisas inesperadas 3. O fim de **nossa história**, um caos total, um sonho interrompido 4. Dor” (A SIRENE..., 2016a, p. 13, grifo da autora).

Percebe-se, na citação anterior, o destaque do pronome possessivo “nossa” para referir-se a nossa história. Um modelo de representação da coletividade dos atingidosum conjunto de histórias que tiveram o seu caminho traçado, ali enxerga-se uma configuração subjetiva pautada por diversos sentidos subjetivos relacionada ao que os atingidos já viveram e construíram em seus espaços individuais e sociais. De acordo com González Rey (2005), os sentidos subjetivos estão relacionados aos processos simbólicos e emocionais que se originam no curso das experiências vividas pelo sujeito. Por isso, o pronome possessivo indica que ao se referir “a nossa história”, os atingidos estão se referindo as experiências sociais vividas por vários deles em redes de sentidos subjetivos. Essa rede é o que González Rey (2006) define como configuração subjetiva.

Na edição nº 0, observa-se que o rompimento é caracterizado como uma “passagem de rejeito” e, logo, em seguida, como tragédia relacionada, no início, a algo destrutivo que causou mortes e paralisou histórias. A negação do acontecimento era visível em frases que relacionavam a tragédia como algo que não deveria ter ocorrido. Eles já entendiam que a comunicação entre eles seria diferente dali em diante. Nota-se a ênfase que é dada ao rompimento da barragem de rejeitos de minério na primeira edição do jornal A Sirene nos trechos abaixo:

A passagem do rejeito da barragem de Fundão, propriedade da Samarco/Vale/BHP, pelos distritos de Mariana, deixou várias consequências, entre elas a pulverização das famílias dos atingidos pelos diferentes bairros da sede municipal. Essa dispersão apresentou-se, desde o princípio, como um desafio para essas pessoas, que precisam reestabelecer as suas relações a partir de um novo lugar e de uma nova realidade (A SIRENE..., 2016a, p. 2, grifo da autora).

O quadro acima descrito é apenas um dentre os vários exemplos dramáticos resultantes de uma **tragédia** que contabiliza um efeito que, neste momento, atinge a Bacia do Rio Doce e parte da costa marítima do Espírito Santo. Melhorar a comunicação entre os atingidos de uma determinada localidade e entre todas as regiões afetadas pelo rejeito é um desafio a ser perseguido (A SIRENE..., 2016a, p. 2, grifo da autora).

Em janeiro de 2017, a palavra tragédia é substituída por desastre-crime socioambiental. Nota-se no trecho a seguir:

O maior **desastre-crime socioambiental** desse país deve deixar aprendizado. Aprendizado esse que mobiliza hoje diversos grupos/movimentos/instituições, em uma importante rede de apoio aos atingidos e de monitoramento dos riscos ambientais (A SIRENE..., 2016b, p. 2, grifo da autora).

Pode-se contextualizar que a mudança da nomenclatura de tragédia para desastre-crime se deve, principalmente, ao apoio de grupos e movimentos aos atingidos, como o MAB, também aos esclarecimentos do promotor Guilherme de Sá Meneghin. Ocorre um processo de resignificação do ocorrido. O sentido subjetivo foi alterado pela experiência. O MAB está presente, ativamente, no apoio do jornal, os princípios pedagógicos passados por eles para os atingidos ajudam a esclarecer o que, de fato, é o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (CORRÊA; SILVA, 2016).

Para explicar o que aconteceu naquele dia, 05 de novembro de 2015, os atingidos recorrem a diferentes sentidos subjetivos para se referir à memória e à saudade da vida que tinham antes, principalmente pautados por aspectos emocionais. No primeiro Editorial do

jornal, os atingidos revelam os sentimentos em relação à perda do lar e da vida que levavam nos distritos. Por exemplo, no trecho abaixo, destaca-se memória, saudade e momentos felizes. Palavras e expressões que revelam emoção ao se lembrar da vida de antes do rompimento da barragem.

“Memória: 1. **saudade** 2. coisas passadas 3. o que nos restou da nossa vida, da **nossa comunidade**, ou seja, o que foi soterrado pela lama 4. **momentos felizes com meu pai**” (A SIRENE..., 2016a, p. 13, grifo da autora).

Pode-se compreender que, naquele momento, eles guiavam a sua subjetividade pelas emoções ligadas ao contexto da época. González Rey (2011) define a subjetividade como uma produção relacionada ao emocional e ao simbólico que surge perante uma experiência vivenciada. Para o autor, os sentidos subjetivos são a unidade operante da subjetividade (GONZÁLEZ REY, 2011).

Observa-se que uma das primeiras palavras atribuída a algum sentido é a palavra barragem. Para os atingidos, seu sentido é negativo, pois o seu rompimento, levou ao colapso da perda das suas comunidades. O que se pode compreender que, por meio da memória coletiva, os atingidos dão sentidos subjetivos a palavras que sozinhas não denotariam tais significados, como, por exemplo, correlacionar a palavra barragem a pesadelo de várias comunidades abaixo: **“Barragem:** 1. **Sensação** de perigo 2. Bomba 3. **Pesadelo de várias comunidades brasileiras por várias décadas** 4. **Irresponsabilidade**” (A SIRENE..., 2016a, p. 13, grifo da autora).

Ao conceituar a palavra barragem, os atingidos revelam “sensação” de perigo, nessa fala, nota-se a referência ao acontecimento do rompimento que provou uma reação interna de alerta, ou seja, perigo. Nessa mesma citação, percebe-se que os atingidos se referem a várias comunidades brasileiras e não somente a deles. Outro ponto também é o entendimento que o que ocorreu com a barragem foi irresponsabilidade. Não se sabe as proporções daquele empreendimento, mas se entende que não deveria ter ocorrido daquela forma.

A formação desse glossário pelos atingidos aponta que a memória coletiva auxilia os atingidos a reconstruir os acontecimentos que viveram, de certa forma, juntos. A memória coletiva, segundo Halbwachs (1990), é experienciada pela tentativa de não esquecer ou perder o contato com aquilo que os rodeavam. O que se nota nessa seção “A gente explica” é o resultado expressivo de um conjunto de lembranças coletivas dos atingidos.

Atrelado à memória, os atingidos citam, de forma enfática em todas as edições, a palavra história. Na segunda edição de 2016, destaca-se a seguinte definição de história para os atingidos: **“História:** 1. A lama levou 2. Perdemos a nossa 3. **Minha infância e**

adolescência que passei no lugar que eu gostava 4. Ficou tudo soterrado na lama 5. **Tudo referente ao passado**” (A SIRENE..., 2016c, p. 6, grifo da autora).

As duas frases destacadas chamam a atenção por lembrarem de um tempo e lugar que não existe mais, de uma vida que mudou de um dia para o outro, de um conjunto de experiências vividas que fazem referência ao passado e não ao presente. Nessa passagem, observa-se uma quebra das experiências então vividas antes do rompimento da barragem de Fundão, obrigando os atingidos a produzirem um percurso alternativo de subjetivação (GONZÁLEZ REY, 2007b).

A palavra ‘tradição’ está relacionada a:

1. **Toda história em comum**
2. Sonho
3. Nossa comunidade, nossas festas
4. **Não queremos que ela mude** (A SIRENE..., 2016c, p. 6, grifo da autora).

As comunidades **buscam manter tradições** para se fortalecerem. Em Mariana, o direito à propriedade é reforçado pelos atingidos de Bento Rodrigues com muita persistência. Em Barra Longa, a marujada reforça as **tradições** populares e a relação da cidade com o rio, atingido pelo rejeito (A SIRENE..., 2016d, p. 2, grifo da autora).

Se no primeiro destaque de tradição, ela era considerada uma história em comum, na segunda citação já se nota um movimento não só de se querer algo, mas de fazer algo. Se na primeira citação eles queriam que as tradições não mudassem, na segunda citação eles buscam garantir a manutenção dessas tradições.

Observa-se que essa rede de sentidos subjetivos forma uma configuração subjetiva relacionada ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, ou seja, se refere a um campo específico da experiência vivida que não se engloba não só à subjetividade individual dos atingidos, mas a uma subjetividade coletiva (SOUZA; TORRES, 2019). Observa-se como as palavras história e tradição estão interligadas. Por meio da tradição que os atingidos preservam e conservam a sua história, a saudade também faz com que os atingidos queiram preservar a sua tradição. A respeito do sentido subjetivo que os atingidos atribuem a “tradição”, os atingidos tentam manter os eventos culturais que aconteceram antes do rompimento.

Os atingidos demonstram nessa edição nº 5 que está havendo um avanço na maneira que enfrentam a realidade pós-rompimento, por meio do apoio de instâncias relevantes das localidades próximas, como o Ministério Público e o Conselho do Patrimônio de Mariana (COMPAT), os atingidos se mostraram, cada vez, mais empenhados e esclarecidos na luta dos seus direitos e na forma de se posicionarem como, por exemplo, ao preservar as festas e as

tradições antes do rompimento. Diante disso, pode-se analisar que, segundo González Rey (2002), há um desenvolvimento dos processos sociais que circundam a subjetividade do sujeito, a própria subjetividade é considerada pelo autor como um sistema aberto. Visto isso, entende-se que a forma como a subjetividade dos atingidos vai se alterando, expressa que outros sentidos subjetivos estão sendo incorporados dentro desse sistema de significações que é a subjetividade.

Na seção fixa “A gente explica” da edição de junho de 2016, surgem sentidos subjetivos decorrentes do rompimento da barragem. A forma com que a Samarco e a Fundação Renova agiram, nos meses posteriores ao crime, expressados nas palavras desconfiança e prejuízo. A palavra ‘desconfiança’ se refere a: “1. O que tenho em relação da empresa 2. Medo de que a sociedade e os responsáveis (mineradoras) fechem os olhos para o que aconteceu 3. **Sentimento de não acreditar em algo ou alguém**” (A SIRENE..., 2016e, p. 14, grifo da autora).

Quando os atingidos trazem esse sentimento de não acreditar, pode-se contextualizar que, nessa época, eles enfrentavam uma reunião atrás da outra, também protestavam contra vários descumprimentos, por parte da Samarco e questionavam se receberiam os valores das indenizações.

Os trechos do jornal A Sirene, aqui apresentados, nessa seção, são referentes ao rompimento da barragem e suas decorrências. A percepção das consequências do rompimento da barragem de rejeitos pelos atingidos vai aumentando de edição em edição. Algumas dessas consequências eram desconhecidas, outras eram visíveis, desde a primeira edição. Dessa forma, os sentidos subjetivos se expressam a partir de símbolos subjetivos que são frações de fatos psicológicos experienciados pelos sujeitos (GONZÁLEZ REY, 2005).

O que se observa é que, para os atingidos, os sentidos subjetivos em relação ao rompimento podem ser compreendidos quando eles rememoram os acontecimentos seja por meio da memória com a lembrança das datas festivas, eventos culturais das comunidades e das lembranças relacionadas às comidas tradicionais dos lugares atingidos. Tais lembranças são carregadas de sentimentos expressados por emoções variadas.

Pode-se compreender, após a interpretação da leitura, que os atingidos fazem no jornal sobre o rompimento da barragem, que existe uma rede de sentidos subjetivos relacionados à memória, à tradição e à emoção que montam uma configuração subjetiva específica. Dessa ideia, correlaciona-se essa argumentação aos estudos de Souza e Torres (2019), que entendem que a configuração subjetiva representa uma rede de diversos sentidos subjetivos dominantes ligados à certa experiência ou advindos de outros fatos vividos.

Os atingidos expressam os sentidos subjetivos relacionados ao rompimento da barragem, por meio da ressignificação de palavras-chave como, por exemplo, as palavras memória, história e tragédia. Essa última palavra é alterada nas últimas edições para crime, a partir dos momentos em que os atingidos vão adquirindo conhecimento sobre os seus direitos. Segundo Vygotsky (2000), os sentidos estão relacionados às palavras, pois são os diversos momentos memorados na consciência que determinam o sentido das palavras.

Para os atingidos, o rompimento não é um evento qualquer que pode ser facilmente esquecido. De forma geral, o rompimento marca a interrupção da vida e dos sujeitos que eles eram nas suas comunidades. Logo, os sentidos subjetivos se transformam, em razão das mudanças dos processos emocionais e simbólicos que se iniciam no percurso que o sujeito experimenta e age nos espaços sociais (SOUZA; TORRES, 2019).

O jornal A Sirene possui um papel importante para a construção coletiva do sentido subjetivo sobre o rompimento da barragem de Fundão (de tragédia para crime). Com o apoio e parceria da Cáritas Regional Minas Gerais o jornal produzido pelos atingidos teve a sua narrativa e discurso reforçados. Para os atingidos envolvidos em sua construção, o jornal se apresenta como uma fonte alternativa confiável, diante de outras mídias que trazem uma visão equivocada sobre o rompimento. Além disso, o apoio dessa assessoria técnica foi potencializado, após ela começar a escrever uma seção fixa no jornal, comunicando com os atingidos de dentro do próprio jornal cujo objetivo é a garantia de direitos. Na coluna fixa do jornal, a assessoria informa os atingidos e os orienta de como proceder em situações que colocam os seus direitos em risco.

5.3 Sentidos subjetivos sobre o sujeito atingido pela barragem de rejeitos no jornal A

Sirene

O primeiro apontamento do que é ser um sujeito atingido aparece na edição nº 0, nela pode-se destacar o trecho a seguir como de alguém que perdeu bens materiais e subjetivos. Então, o sujeito atingido na percepção dos atingidos, nessa primeira edição, é de um sujeito que perdeu, além dos bens materiais, tiveram vida, sonhos e liberdade ceifados: “1. Prejudicados pela lama 2. Sofreu algum dano ou perda diretamente 3. **Pessoas que perderam tudo, ou seja, bens materiais, sonhos, vida, liberdade** 4. Inocentes” (A SIRENE..., 2016a, p. 13, grifo da autora).

O Editorial da edição nº 6 segue, mostrando as tentativas dos atingidos em compreender o que é ser atingido de fato. Para isso, eles buscam experiências de outros

atingidos que continuam lutando em outras comunidades como é o caso do Novo Soberbo e a usina de Candonga. Destacam também o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em Barra Longa (A SIRENE..., 2016f, p. 6):

O MAB apareceu em nossas vidas como um professor e nos ensinou o bê-á-bá.

Não sabíamos nada desse negócio de ser atingido e o MAB não só nos mostrou o que é ser atingido, nos dando um norte, como também nos fez entender os nossos direitos, nos organizando como grupo e, conseqüentemente, nos fortalecendo. (Comissão dos Atingidos de Barra Longa)

Sem o MAB, quem sabe não seríamos acometidos pela “síndrome de Estocolmo” e terminaríamos beijando a mão de nossos algozes, assim como fazem várias pessoas, pois ainda acreditam que quem causou toda a tragédia está nos fazendo um favor, quando reconstrói pontes, casas, estradas, igrejas e monumentos.

Sem o MAB, estaríamos nas mãos da empresa que causou morte e destruição em Mariana, Barra Longa e todo o Vale do Rio Doce até a costa marítima.

Não há um modelo ou um curso que os ensinem a ser atingidos. Eles entenderam que o sujeito atingido não é algo externo mais. O MAB os ajuda a enxergar os seus direitos, por meio discussão e inserção em temas centrais como natureza, história, memória e espaço (CORRÊA; SILVA, 2016).

Por trás do conceito do atingido, há um sujeito que possui uma subjetividade individual e suas próprias ideias e desejos. Na reportagem “Atingido, quem é você?” é destacado que “o maior patrimônio de uma comunidade são as pessoas que delas fazem parte” (A SIRENE..., 2017a, p. 4). Para exemplificar quem são essas pessoas, o jornal traz a história de uma moradora de Paracatu de Baixo que criou os três filhos sozinha e teve que trabalhar muito para que eles fossem educados com dignidade. Em 1983, essa atingida saiu da casa dos pais com os dois filhos para morar em uma casa feita de barro. Começou a trabalhar com piteira (sisal), planta usada para extrair a fibra das folhas para realizar a confecção de tapetes e cordas, ela vendia a fibra de porta em porta em Cachoeira de Brumado, com o dinheiro da venda, cuidou dos filhos e colocou telhas em casa. Depois que o terceiro filho dela nasceu, ela foi trabalhar de cozinheira em uma fazenda, ia e voltava a pé. Em 1997, conseguiu um trabalho em uma escola de Paracatu de Baixo, por meio de concurso público. Os filhos já estavam grandes e ajudavam, financeiramente, mas ainda não era possível ter uma casa construída de tijolos. Com o passar do tempo, foi trocando aos poucos as paredes de barro por paredes de tijolos. Essa nova reforma possibilitou que ela pudesse receber os amigos e isso

era um motivo de orgulho e superação. Depois que Paracatu de Baixo foi atingida, pelo rompimento da barragem de rejeitos, a vida dessa moradora mudou drasticamente. Para ela aceitar que se tornou atingida ainda é confuso. Ela conta que:

A lama veio e acabou com meus planos e minha paz. Tenho sessenta anos e vou esperar três anos para ter minha vida de volta. Eu era muito feliz debaixo das árvores do meu quintal. **Como alguém pode pensar que eu não tinha nada** em Paracatu? Moro numa casa confortável sim, mas que não é minha. Não tenho esperança de quase nada. E como sempre vou continuar lutando (A SIRENE..., 2017a, p. 5).

Pode-se analisar que esse trecho revela novamente que, para a Samarco, o que essa senhora perdeu não era nada, pois não eram bens materiais. Porém, para ela revelava o sentido do que ela tinha era algo que não se pode quantificar, sentimentos em relação ao lugar que morava e a forma como vivia. Na fala dessa atingida, percebe-se sentidos subjetivos de sofrimento, de angústia e de perda de sonhos.

Moraes (2018) apontou que a Fundação Renova realizou questionários e distribuiu cadastros com o objetivo de classificar quem é ou não é atingido. Conforme apresentado no trecho anterior, esse “alguém” citado pela atingida poderia ser alguém que não conhece e respeita os sentimentos dos atingidos em relação à perda como, por exemplo, a Fundação Renova, visto que ela quer dizer o que o atingido tem ou não. De acordo com o jornal, o cadastro aplicado pela Fundação Renova é irregular. Dentre os problemas observados, são destacados o levantamento confuso que não consegue analisar de forma minuciosa os danos morais, coletivos, imateriais, socioambientais e culturais; também é observado a linguagem utilizada é técnica e não corresponde à linguagem praticada pelos atingidos. O instrumento do questionário está sendo debatido e acompanhado pela Assessoria Técnica da Cáritas e pelo Ministério Público Estadual (A SIRENE..., 2017b).

Enquanto alguns entraram no cadastro, outros lutam para serem considerados atingidos, no cadastro da Renova, como é o caso da Reportagem “Somos atingidos, sim!”. Nessa reportagem, os atingidos de Areal, Entre Rios e Regência Augusta apresentam os seus relatos. Antes do rompimento da barragem de rejeitos eles eram pescadores, agora trocaram as redes de pesca pela criação de peixes em cativeiro. Logo abaixo, são exemplificados vários trechos que demonstram como essas pessoas são desconsideradas como atingidos.

Fui o primeiro a ver a lama chegando em Regência, estava no rio com meu barco. Se você vier aqui em dezembro, janeiro, que chove mais, vai ver que

a lama continua descendo pra cá, e a que tá no fundo sobe, fica tudo sujo (A SIRENE..., 2017c, p. 12).

Como vamos viver sem o nosso Rio Doce, sem as lagoas, sem o cacau, sem o peixe, sem trabalho? Nós somos, sim, atingidos. E muito! Primeiro, por esses dutos da Petrobras, depois, pela lama da Samarco. **A gente nunca ganhou nada, só nos deixaram a saudade e o medo de Areal acabar de vez** (A SIRENE..., 2017c, p. 12).

Trecho do relato de outra atingida de Regência de Augusta:

Não entendo o que é esse formulário, o tal do cadastro. Preenchi em dezembro e até hoje não recebi auxílio nenhum. **Querem que a gente prove que é atingido, mas eu nunca tive carteirinha de pesca.** Era marisqueira, limpava muito camarão, também trabalhava na roça (A SIRENE..., 2017c, p. 13).

Na edição de novembro, de 2017, novamente moradores das áreas atingidas tentam conceituar o que é ser atingido. Mesmo dois anos após o rompimento da barragem de Fundão, a identidade do sujeito atingido ainda está em construção. Nessa edição nº 20, eles precisam explicar o que é “ser atingido”: **“ser atingido é levantar todos os dias e não se reconhecer onde está. É ter que sair para continuar em busca de algo que não está mais ao alcance. É lutar, lutar, sem vislumbrar horizonte de dias melhores”** (A SIRENE..., 2017d, p. 3).

Os sentidos subjetivos se apresentam como uma consequência de eventos (SOUZA; TORRES, 2019). Dessa forma, na edição de novembro de 2017, os atingidos trazem diversos sentidos subjetivos construídos ao longo dos dois anos, desde o rompimento. Nessa edição especial, os atingidos apontam que trazem “algumas vozes que nos abrem perspectivas para pensar o que é o sujeito atingido. Para isso, reunimos fragmentos que dizem sobre o significado desse termo que vem sendo construído” (A SIRENE..., 2017d, p. 15).

São apresentados 16 pontos de vista, ao mesmo tempo, diferentes e confluentes que são carregados de sentidos subjetivos. Explicar o que eles sentem e constroem sobre o que é ser atingido possibilita que novas ações subjetivas surjam, inclusive a escolha por lutar por direitos. Pode-se associar isso à articulação de González Rey (2005) que destaca a compreensão de que os momentos geradores dos sentidos subjetivos, no decorrer das experiências vividas, se desdobram em ações subjetivas novas e permite a junção do presente com o passado. Portanto, os atingidos, ao retornarem ao passado, para explicar o que eles são, possibilita a eles que possam agir no presente, conforme a fala do atingido de Ponte do Gama: “Ser atingido, é um sentimento que me põe a pensar o porquê? Por que isso aconteceu? Ser

atingido não foi uma escolha minha nem sua, mas agora a luta é nossa” (A SIRENE..., 2017d, p. 17).

Nessa decisão de agir, a edição nº 22 de janeiro de 2018 traz a reportagem “Quem são os atingidos e atingidas de Barra Longa?” que apontou a organização dos atingidos pela luta por direitos. Eles se organizaram em reuniões para debater os danos provocados, as possíveis reparações e as principais demandas de cada um e todo o grupo de Barra Longa. Confrontam redução dos seus danos ao termo simplificado, impactados. Por não ser de Bento Rodrigues e por não ter perdido muitos bens materiais, os atingidos de Barra Longa precisam de um espaço no jornal para explicar que também são atingidos.

Em busca de reparação, os próprios atingidos se articulam e com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens eles reformulam os sentidos subjetivos do que é ser atingido: **“Viviam no trajeto da lama e tiveram mudanças nas condições de trabalho no modo de vida, nas relações sociais, familiares e comunitárias”** (A SIRENE..., 2018a, p. 13).

Além disso, são atingidos aqueles que não têm informações sobre consumo de águas e alimentos das áreas atingidas, quem sofre de algum problema de saúde relacionado ao rompimento da barragem, quem perdeu animais de estimação e produtivos, quem perdeu vendas em seu comércio, perderam espaço de produção como quintais, quem sofre ainda com o medo do rompimento das barragens de Santarém e Germano, quem é incomodado pelo aumento dos maquinários circulando na cidade, quem é forçado a sair de sua casa, quem teve que reformar a sua casa com recurso próprio, quem perdeu com a desvalorização do imóvel, quem perdeu bens materiais e imateriais, quem teve que conviver com a poeira dos rejeitos de várias formas e quem perdeu o acesso aos espaços sociais utilizados em comum (A SIRENE..., 2017d). Portanto, para cada atingido, sentidos subjetivos diferentes se evidenciaram, mas juntos constroem uma identidade coletiva do sujeito atingido.

Por meio dessa explanação dos sentidos subjetivos presentes na construção do sujeito atingido, observa-se como as edições dos jornais são narradas, enaltecendo os sentimentos, as ideias e as falas dos atingidos. Dessa forma, os sentidos subjetivos podem auxiliar a compreender a subjetividade de uma forma que extrapola uma análise simplificada para um aprofundamento das dimensões até então ocultas da cultura e do social que só se tornam visíveis a partir de uma dimensão subjetiva (CASTANHO; SCOZ, 2013).

5.4 Sentidos subjetivos da comunicação sobre os atingidos no jornal A Sirene

Na edição de junho de 2016, o Editorial aponta que o jornal A Sirene foi notado em uma reportagem veiculada no Observatório da Imprensa, “fórum de opiniões que se dedicam a pensar o papel do jornalismo no Brasil. A matéria em questão ressalta a importância de A Sirene para os atingidos, de Mariana e municípios próximos, como Barra Longa” (A SIRENE..., 2016e, p. 2). Essa edição realça o compromisso do jornal de descrever a realidade vivida pelos atingidos após o rompimento da barragem de rejeitos, com o apoio da Comissão dos Atingidos de Mariana e da *Brazil Foundation*, fundação que trabalha com organizações sociais, foi possível aprimorar esse veículo de comunicação.

Na reportagem fixa “A gente Explica: Jornal A Sirene” os atingidos explicam qual o sentido de cada termo ligado ao jornal deles. Para os atingidos, o sentido da palavra reportagem é:

1. Texto (matéria) jornalística que serve para contar (reportar) aos receptores (leitores, ouvintes, telespectadores) aquilo que ele não viu, não ouviu, não leu.
2. Informação para os receptores terem dados para formar a própria opinião sobre os fatos, os acontecimentos.
3. **Não pode omitir nem inventar informações**
4. Deve respeitar as fontes (pessoas, documentos) para não “criar” uma **realidade inexistente** (A SIRENE, 2018b, grifo da autora).

No trecho anterior, os atingidos enxergam a reportagem das mídias oficiais como algo que “não pode omitir nem inventar informações”, também algo que não pode criar uma “realidade inexistente” e não respeitar os sujeitos que entrevistam, apresentando uma comunicação enviesada. A palavra comunicação é para os atingidos na sessão “A gente explica” algo que deveria “unir” e não ser usado como “publicidade”: “1. Fundamental para **unir** diferentes processos 2. **Publicidade** 3. Veracidade 4. Alcance 5. Coerência” (A SIRENE..., 2018b, p. 2, grifo da autora).

A palavra jornal para os atingidos quer dizer o que é A Sirene para eles, algo que significa a “preservação da memória” de tudo o que eles viveram. Além disso, o jornal que eles ajudam a escrever é de fato uma forma de “comunicação” para eles e um “canal” que os liga aos diversos atingidos por barragens. Arelado a isso, a citação seguinte mostra que para os atingidos a palavra registro revela o sentido de “preservação de uma história” que conforme passa o tempo, com a ajuda de várias entidades como a UFOP e o MAB, revela que ao avançar nos registros do jornal eles demonstram “aprendizado” na luta por seus direitos.

1. **Preservação da memória** dos atingidos 2. **Comunicação** 3. Símbolo de luta e orgulho de todos nós” 4. Troca de informação necessária 5. **Canal** entre pessoas 6. Cada um tem um jeito de dar a notícia 7. Busca de novos horizontes” (A SIRENE..., 2018b, p. 2, grifo da autora).

A palavra registro assume o sentido de:

1. **Preservação de uma história** 2. Passado, presente e futuro 3. Responsabilidade entre gerações 4. Evolução 5. **Aprendizado** (A SIRENE..., 2018b, p. 2, grifo da autora).

O jornal A Sirene conta a sua história, por meio de narrativas memorialísticas, recorrendo, excepcionalmente, aos testemunhos dos atingidos pela barragem de rejeitos que faz surgirem lembranças dos vizinhos, amigos, dos lugares e do dia a dia. Esse jornal “põe-se em funcionamento como dispositivo memorialístico. Enfeixamentos de linhas de luz e de enunciação e, como visto há pouco, de subjetivação – afetos, representações, identificações” (BRUCK; VARGAS, 2019, p. 15). Por isso, o jornal A Sirene é muito relevante, porque se dedica, “de forma independente e desvinculada de qualquer empresa. Enfatizamos o compromisso único deste periódico de ecoar a voz dos atingidos e tudo que, desta vida para frente, importar, para não esquecer” (A SIRENE..., 2018b, p. 2, p. 16).

González Rey (2005) explica que os sentidos subjetivos, ao longo das vivências do sujeito se distendem em novas práticas subjetivas que possibilitariam relacionar o presente e o passado. Visto isso, o que se viveu não é anulado, mas se transforma em novos sentidos subjetivos. Muitos dos atingidos possuíam profissões que foram interrompidas após o rompimento, até a forma de trabalho de cada um sofreu interferências. Nesse caminho de luta por direitos, alguns encontraram no jornal A Sirene uma oportunidade de ofício que se desdobra em uma prática subjetiva. É o caso do membro do Conselho Editorial do jornal A Sirene, ex-morador de Bento Rodrigues, que dá condição de atingido se destacou como repórter articulado como uma nova forma de comunicação:

Quando me chamaram para fazer parte do A Sirene, fiquei pensando: ‘Como vou participar do jornal sem ter nenhum conhecimento na área?’ Por eu ser da roça. Cheguei na redação me sentindo em outro mundo, com aquele tanto de computadores estranhos. No começo, fiquei meio sem graça com aquela galera toda, mas fui pegando a prática aos poucos, entendendo e aplicando um pouco de outros conhecimentos que tinha. Fiquei muito agraciado com o carinho da equipe comigo e com os demais atingidos. Hoje, sou membro do Conselho Editorial e quero agradecer a todos os meus amigos e professores que me ensinaram a ser **jornalista**, agradeço também a equipe que está com a gente agora, por fazer acontecer. O jornal A SIRENE é para que nunca esqueçamos que tínhamos uma vida, uma história e que a ganância das empresas destruiu (A SIRENE..., 2018c, p. 2, grifo da autora).

Visto na citação acima, o jornal A Sirene inseriu os atingidos na sua diagramação como jornalistas, não só meros telespectadores. A Edição de setembro, de 2018, apresenta a Oficina de Repórteres Populares em Gesteira com apoio do coletivo MICA e da *Brazil Foundation*, ministrada, por um dos fundadores do jornal, sendo dois dias de encontro: no primeiro, os atingidos têm a oportunidade de aprender sobre a produção de textos e pauta jornalística com a participação de atingidos que já agem no jornal e, no segundo dia, profissionais ensinaram aos atingidos a produzirem narrativas visuais em suas comunidades. Essa oficina não é uma padronização de como produzir uma comunicação, é uma forma dos atingidos colocarem a subjetividade dos seus discursos no formato de mídia escrita. Isso demonstra que quem foi atingido não é um ser acrítico e ingênuo. Tal que, Brittes (2016, p. 12) articula que é possível pensar o “indivíduo como um articulador ativo dos sentidos atrelados a sua experiência de mundo, quando consideramos o caso em questão, essa criticidade torna-se um atributo de resistência e sobrevivência em relação àquilo que o desastre não é capaz de arrastar”.

A mesma oficina ocorreu em Rio Doce, em setembro, de 2018, e trouxe a possibilidade de visão dos atingidos para um novo sentido para o jornalismo. Isso é notado na narrativa de um morador de Rio Doce que explica “eu gostei muito das oficinas, porque mostrou que o Jornalismo não fala coisas ruins. O Jornalismo também é uma maneira de expor diversas opiniões e de contar o que está acontecendo de uma forma legal e diferente” (A SIRENE..., 2018d, p. 2).

Na contramão de tudo o que A Sirene propõe e é, a Fundação Renova criou o seu próprio jornal, que, para os atingidos, é publicidade, indignados os atingidos trazem a reportagem “Qual a voz do (a) atingido (a)?” sua posição é: “não reconhecemos essas publicações porque entendemos que foram projetadas para fazer **publicidade para a própria Renova/empresas**. O jornal A Sirene é um veículo de resistência e luta” (A SIRENE..., 2019, p. 3, grifo da autora).

Em fevereiro de 2016, os atingidos expõem o seu incômodo com as mídias tradicionais na reportagem “Ser celebridade da desgraça”. Os atingidos relatam que o interesse desse tipo de mídia era somente produzir conteúdo sensacionalista. Isso é aparente nas falas dos atingidos que relatam que o seu contato com a mídia ocorreu quando estava socorrendo outros atingidos. O interesse da grande mídia era sobrevoar com helicópteros o rompimento e veicular as imagens rapidamente e pediam para os atingidos demonstrar por meio da expressão facial, sentimentos tristes para as filmagens. Apresentam-se alguns desses

relatos: “Meu **primeiro contato com a mídia** foi quando ainda estava no meio da lama, lutando para socorrer as pessoas” (A SIRENE..., 2016a, p. 14, grifo da autora).

Outro atingido narra que: “no céu, outra tempestade, só que helicópteros da **Globo, SBT, Record**. Nenhum nos ajudou” (A SIRENE..., 2016a, p. 14, grifo da autora).

Outra narrativa expõe que: “às vezes, **pedem para fazer uma cara triste para as fotos** e aproveitam quando choramos” (A SIRENE..., 2016a, p. 14, grifo da autora).

Para esse tipo de comportamento da mídia, Brittes (2016, p. 8) afirma que isso só “demonstra o mal estar com o tratamento sensacionalista da tragédia e a transformação desta em espetáculo do real, por parcela importante do noticiário nacional e internacional”. Pode-se destacar nos trechos citados acima, os sentidos subjetivos negativos que a mídia sensacionalista causa nos atingidos, cuja preocupação é somente expor os atingidos em condição de vulnerabilidade para conseguir mais audiência e prender a atenção do telespectador.

Em setembro, de 2017, foi veiculada a matéria “Por que dizemos não ao jornal da Fundação Renova”, os atingidos mostram o seu descontentamento com o mais novo veículo de comunicação da Fundação Renova com o intuito de “legitimar entre outras coisas, ações de reparação que retratam um lado da história, com um discurso que seria fácil de engolir” (A SIRENE..., 2017e, p. 2). Não se contentando somente com o jornal, na reunião de agosto de 2017, a Renova convidou os atingidos para participarem do jornal deles. Tendo em vista isso, o jornal A Sirene trouxe na sua 18ª edição depoimentos de atingidos que se recusaram a fazer parte. Segundo uma ex-moradora de Paracatu de Baixo:

Nossa liberdade de expressão está aqui.

Seja qual for a mídia e, principalmente a que está em questão, o jornal da Renova, percebemos que, ao longo do tempo, ela pode ser interpretada de várias formas. Então decidimos de comum acordo com a Comissão dos Atingidos pela barragem de Fundão que já temos o jornal A Sirene, que é o veículo que nos dá liberdade para contar as nossas histórias, passar as informações e fazer os esclarecimentos. Nós sabemos que a Renova não tem essa preocupação. A nossa luta está registrada em documentos que podem ser acessados por todos. Portanto, qual a necessidade de se fazer um outro jornal? Já que eles vão fazer, que façam os esclarecimentos sobre as suas ações em seu próprio jornal, pois todos desejam saber sobre eles, inclusive nós (A SIRENE..., 2017e, p. 2).

Além desse depoimento, os principais motivos de recusa dos atingidos de Paracatu de Cima, Bento Rodrigues, Ponte do Gama e Barra Longa ao jornal da Fundação Renova é:

“‘Não faz sentido divulgar o que não faz’, ‘Nosso jornal é o A Sirene’, ‘Querem mudar de assunto’ e ‘Não podemos compactuar com eles’” (A SIRENE..., 2017e, p. 2).

Nota-se que os sentidos subjetivos relacionados às mídias tradicionais envolvem a consciência de omissão e senso de justiça de reescrever e retomar a própria história. Logo em seguida, a reportagem posterior “O que a mídia (não diz) ... nós dizemos” questiona as reportagens produzidas sobre eles pelas mídias tradicionais. Os atingidos se posicionam criticando os fatos noticiados, apontando que eles não condizem com a realidade vivida por eles. Sendo assim, nessa matéria, os atingidos corrigem os títulos de notícias publicadas pelas mídias tradicionais. Por exemplo, na matéria do jornal Estadão “Lama ajuda a reconstruir cidade, em Minas Gerais”, os atingidos reescreveram para “Lama destrói cidades, em Minas Gerais, e a empresa quer que os atingidos convivam com a lama”; na matéria da Revista Exame intitulada “Samarco pagará assessoria para moradores de Barra Longa”, os atingidos mudaram para “Samarco terá que pagar assessoria, mas escolha de membros tem que ser dos moradores” e, por último, na reportagem “Fundação Renova corre para reparar tragédia do Rio Doce”, os atingidos refizeram para “Fundação Renova enrola para reparar o que deve ser feito, na tragédia do Rio Doce” (A SIRENE..., 2017e, p. 3).

Ainda sobre o sentido subjetivo da deturpação da comunicação das mídias tradicionais, foi identificada também na leitura da reportagem “Recados para a mídia”. Nessa reportagem, nota-se que é possível encaixar os trechos na sessão sobre os sentidos subjetivos do sujeito atingido. É explicado que os atingidos existem além do dia em que a barragem rompeu e que a mídia deveria pedir licença para entrar na vida dos atingidos e ainda que cada sujeito gostaria de que a mídia o abordasse de forma verdadeira e perguntasse como estão de fato. Dessa forma, são expostos três depoimentos que ilustram essas situações de desumanização no tratamento das comunicações. O primeiro depoimento é narrado por um morador de Paracatu de Baixo:

Somos conhecidos pelo dia 5 de novembro de 2015, mas, basicamente, nossa comunidade é esquecida pela mídia. Após o rompimento da barragem de Fundão, tudo quanto é mídia veio pra Mariana, era uma pauta que dava audiência para os jornais. O trabalho e as brigas com a empresa continuaram e a mídia não divulgou. Eles vêm aqui, querem saber como as comunidades estão, se já foram reconstruídas e se tivemos indenizações. Não é só isso que está acontecendo na vida dos atingidos. A mídia divulga uma manchete que diz: “Samarco indeniza vítimas no valor de 7 milhões de reais”. Quem não acompanha a luta, interpreta que é 7 milhões para cada pessoa, e não é. Esse dinheiro é destinado para todas as vítimas (Mariana e Barra Longa). Então, as mídias têm o dever de esclarecer isso também. Não existe um meio de comunicação que se preocupa com a nossa situação psicossocial. A mídia

aparece aqui só quando tem uma audiência que vai decidir algum direito dos atingidos, depois disso, acabou, somos esquecidos. Agora, quando está completando dois anos, a Globo vem e faz uma matéria sensacionalista, mostrando o pouco do que realmente está acontecendo com os atingidos. Porque, hoje, as pessoas estão enfraquecendo dentro de casa e aqui em Mariana (A SIRENE..., 2017d, p. 2).

O segundo depoimento é de uma moradora de Bento Rodrigues:

Sou atingida de Bento Rodrigues e não existo apenas no dia 5, por conta do crime que a Samarco cometeu na minha vida e na de todos os atingidos pelo rompimento da barragem. Antes de entrarem na minha casa para tirar fotos, filmar e utilizá-las para divulgações nas mídias, lembrem de me pedir licença, antes não era assim. Estou longe da minha casa pelo grave motivo que me arrancou dela: a lama de rejeitos. Eu existo depois do dia 5 (A SIRENE..., 2017d, p. 2).

O terceiro depoimento é de uma moradora de Bento Rodrigues:

Eu gostaria que a mídia me perguntasse, sobre a minha realidade e a de outros atingidos também e, não acrescentassem falas que não são nossas. A Rede Globo, por exemplo, dia desses veio e filmou na minha casa, mas não colocou as reclamações da Fundação Renova/Samarco que eu relatei. Depois da tragédia, o contexto da minha vida mudou totalmente, o crime não acabou no dia 5. Ainda tem muita coisa a ser dita. A empresa precisa saber que existimos depois do dia 5. Que continuamos de pé, continuamos a lutar e que nós precisamos de justiça, em meio as mentiras que elas divulgam em suas redes sociais e diante das arbitrariedades que elas cometem diariamente com quem é atingido (A SIRENE..., 2017d, p. 2).

Não é só o que a mídia tradicional fala sobre os atingidos que os incomoda, mas também o uso da sua imagem. Nesse contexto, a 31ª edição do jornal A Sirene esclarece essa situação, por meio do apoio do Promotor da Justiça Guilherme Sá Meneghin, a reportagem intitulada “Direito de Imagem: Notas jurídicas sobre as impressões da mídia” explica para os atingidos o que deve ser feito caso repórteres, cineastas, pesquisadores e curiosos os aborde interessados em ouvir os seus relatos e experiências depois do crime. O promotor os alerta sobre se preocuparem com a autorização para entrevistas em diversos meios de divulgação. Assim como se atentar às entrevistas realizadas com menores de idade, concedidas apenas com a autorização legal. Portanto, “cada atingido(a) é livre para expor ou não a sua imagem” (A SIRENE..., 2017f, p. 13).

O sentido subjetivo de ter o direito de entender também está relacionado ao sujeito atingido, pois o sujeito que é atingido tem o direito de entender tudo o que está relacionado aos seus direitos legais e também ao que dizem sobre eles, sobre a imagem deles, sobre o que

podem fazer para terem as suas vidas reconstruídas e, principalmente, sobre as empresas responsáveis pelo rompimento da barragem e as ações da Fundação Renova. Concomitantemente, “o sujeito é pessoa ativa, reflexiva, questionadora, confrontadora que não se submete às vozes imperativas, ditatoriais representadas por variados entes institucionais” (SOUZA; TORRES, 2019, p. 47).

O sujeito atingido tem o direito de falar por si e se posicionar contra ao que omitem ou mentem sobre eles. Dessa forma, da mesma maneira que fizeram em 2017, os atingidos reescreveram novamente os títulos das reportagens sobre o rompimento da barragem de rejeitos que, dessa vez, se repetiu em Brumadinho. Na matéria do jornal A Sirene “O que a mídia não diz sobre Brumadinho ... nós dizemos”, eles analisam o título da reportagem da Revista Exame “Vale começa a fazer doações para vítimas em Brumadinho” e a reescrevem como “Vale fala em dinheiro quando vítimas em Brumadinho querem respostas sobre o crime”; na reportagem do jornal Hoje em Dia “CPI para apurar tragédia de Brumadinho é protocolada na Assembleia de MG” é reescrita para “Depois de deputados terem barrado leis que pudessem evitar novos crimes, CPI para apurar tragédia de Brumadinho é protocolada na Assembleia de MG”; na reportagem do portal G1 “Presidente da Vale diz que sirene de alerta não tocou em Brumadinho porque foi “engolfada” pela lama” foi substituída por “Presidente da Vale omite que sirene de alerta não tocou em Brumadinho por negligência da empresa; por fim, na reportagem portal UOL “Zema chama Brumadinho de “incidente” e diz que Vale reconheceu o erro” é renomeada para “Zema chama Brumadinho de “incidente” e defende empresa causadora de mais um desastre premeditado”. Observa-se que os sentidos subjetivos dos atingidos em relação as mídias tradicionais que veiculam notícias sobre os rompimentos das barragens é relacionado a indignação e ao sentimento de falar a partir da visão e do jeito deles. Portanto, quem veicula a notícia não viveu de fato o rompimento, ou seja, o espaço de fala deveria ser o espaço de experiência que constitui o sentido.

De acordo com Carrato, Elísio e Diniz (2018), o papel da mídia é informar. Além disso, “a mídia tem sempre que andar à frente, procurando mostrar o que acontece, mas igualmente tentando alertar para problemas futuros. É assim que a mídia deveria funcionar em qualquer país democrático. É assim que ela deveria funcionar no Brasil” (CARRATO; ELÍSIO; DINIZ, 2018, p. 153).

O que existe é um silenciamento sobre o que motivou o crime, o porquê da aceitação do termo acidente e a falta de crítica de parte dos atingidos. “Será aceitável se falar em acidente, quando se sabe que a Samarco e suas sócias tinham pleno conhecimento do risco

que a barragem de Fundão corria e, mesmo assim, continuaram despejando rejeitos minerais no local?” (CARRATO; ELÍSIO; DINIZ, 2018, p. 158).

Visto essas inconsistências, surgiu o jornal A Sirene que se estabelece “como um projeto de comunicação, materializado narrativamente, que se vale de um processo de interlocução voltado para inserção dos sujeitos na construção social de seus próprios mundos” (BRITTES, 2016, p. 13).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As matérias do jornal A Sirene são, em grande maioria narradas, em 1ª pessoa para que o atingido sinta que aquela é a sua voz. Por isso, quem escreve, os jornalistas junto aos atingidos, são participantes ativos desempenhando o papel de repórteres que diagramam e publicam o jornal para que outros atingidos tenham acesso ao conteúdo mensal noticiado. O conteúdo que nas primeiras edições lembrava o dia e os posteriores do rompimento da barragem passaram a denunciar o crime, a cobrar e a criticar as manobras da Fundação Renova, a mobilizar e informar os atingidos pela luta dos seus direitos.

Um dos aspectos centrais do trabalho foi analisar os sentidos subjetivos relacionados ao rompimento da barragem de Fundão pelos atingidos no jornal A Sirene. González Rey (2007a) frisa que os sentidos subjetivos são as unidades base da subjetividade e representa um importante aporte para compreender as implicações da vida social sobre cada indivíduo, o que os configurou como uma categoria que expandiu a forma que se observava os processos humanos. Visto isso, notou-se, no jornal, principalmente, no primeiro ano, uma forma particular e subjetiva de enxergar o rompimento da barragem de rejeitos. Ao ter a oportunidade de narrar os acontecimentos da sua maneira, os atingidos expõem bem mais que uma simples reportagem, as falas ganham contornos subjetivos com a presença da combinação de elementos simbólicos e emocionais. Para González Rey (2007a) tais elementos são a representação dos sentidos subjetivos.

Na tentativa de explicar do seu jeito os fatos, foram encontrados, então, a primeira seção fixa do jornal intitulada “A gente explica”, nela os atingidos compartilharam uma lista de verbetes como se fosse um glossário para explicar palavras-chave sobre o rompimento da barragem, diante disso a seção foi se repetindo dando sentido à forma como os atingidos vivenciaram o acontecimento e davam significado as palavras repetidas pelas mídias tradicionais, mas com outros sentidos. Asbahr (2014) explica que existe uma confluência entre os sentidos e os significados. O significado muda e se desenvolve, pois ocorre o processo de amadurecimento do pensamento e da palavra e, ao contrário, também, da palavra ao pensamento. Dessa forma, o que se pensa se realiza e se materializa na palavra. Aguiar e Ozella (2013) apontam que o pensamento se transforma várias vezes até que seja expresso em palavras, é a transição entre o sentido e o significado que irá transcreever o pensamento em palavra. Por exemplo, a palavra tragédia que para a mídia tradicional foi algo banalizado como imprevisível, para os atingidos assumiu o sentido subjetivo de sonho interrompido, morte e destruição.

A forma como os atingidos narram os acontecimentos daquele dia de caos, mostrou que houve uma interrupção na forma que as experiências eram até então vividas, surgiu então uma nova maneira de subjetivação da experiência que passou a ser contada de forma coletiva dentro daquele espaço social. De forma coletiva, os atingidos utilizam do sentido da memória e da tradição para lembrarem como eram as festas religiosas em suas comunidades e vários outros eventos culturais.

A palavra memória se transforma em um sentido subjetivo, pois interpreta como os atingidos relembram e narram a sua história com o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão. Com isso, não é só a memória que se refaz, mas o próprio sujeito também, a partir da troca com o outro e do contexto histórico que está inserido. Portanto, jornal A Sirene vai além do que somente registrar as lembranças, ele tem o papel de unir os atingidos por barragens seja pelo sentido de permanência e afeto que começa individualmente, mas é de suma importância para o coletivo para que a nostalgia gere essa união pela afetividade e possa fazer desse movimento uma possibilidade de resistência.

O sujeito foi o foco do terceiro objetivo específico da pesquisa que se buscou analisar os sentidos subjetivos sobre o sujeito atingido na visão dos próprios atingidos pela barragem de rejeitos no jornal A Sirene. Esse objetivo foi tão relevante para o trabalho que ele faz parte também do título da dissertação, pois o ser atingido engloba a visão que eles têm do rompimento da barragem e a narrativa que eles construíram em uma mídia alternativa com proposta contrária do posicionamento das mídias tradicionais.

A busca pelo conceito de sujeito atingido é debatida há anos pelas populações atingidas, por projetos de empresas hidrelétricas. Não distante disso, existem semelhanças entre os atingidos por barragem de água e por barragem de rejeitos de minério de ferro. A conceituação do sujeito atingido de forma justa é importante, pois pode servir de ferramenta para estabelecer políticas sociais capazes de compreender os reais impactos de um rompimento e garantir que os atingidos participem democraticamente do processo de decisão.

Ser atingido, para os sujeitos que escrevem o jornal A Sirene assume os sentidos subjetivos ser prejudicado pela lama, de perder algo ou perder tudo, inclusive sonhos, liberdade e a vida (A SIRENE..., 2016a). Observou-se também que o ser atingido é ser o sujeito atingido. Visto que, o sujeito é aquele que abre lacunas subjetivas nos espaços sociais (SOUZA; TORRES, 2019). O sujeito é aquele com capacidade crítica e reflexiva de pensar as consequências da organização social sobre as suas experiências vividas, é algo que se constrói socialmente no processo de subjetivação (GONZALEZ REY, 2007b).

O sujeito atingido de forma subjetiva é alguém que possuía uma vida e uma história, que trabalhava, estudava, criava os filhos ou ainda era criança se desenvolvendo. O atingido no jornal A Sirene ele age, opina, escreve, investiga, ele busca seus direitos e quando não compreende algo ele questiona e retorna com a resposta para todos terem o direito de entender, também é aquele que se sente confuso quanto a aprender a ser atingido. Ele é tudo descrito acima, menos um simples impactado como a Samarco/Fundação Renova insistem em caracterizá-los. O sujeito atingido, presente no jornal A Sirene, ele articula a sua vida privada e a vida social, para caminhar e encontrar no campo social a oportunidade de preservar quem ele é e a sua história. Ele participa da sociedade, por meio de uma ação criativa e política no mundo em que vive para que sua memória seja enriquecida (SAFRA, 2002).

Os sentidos subjetivos relacionados ao rompimento da barragem, de se entender quem são os atingidos e o que eles poderiam fazer diante do que lhes acontecera com eles e ter o direito de comunicação, permitiu que surgissem novas práticas, como o jornal A Sirene, que pudessem contradizer a mídia tradicional que somente os resume a celebridades de uma desgraça eventual. A mídia tradicional insiste em se colocar de forma acrítica frente ao crime e nega a subjetividade dos atingidos, expondo somente imagens das comunidades destruídas de tempo em tempo. “Negar a subjetividade é equivalente a desconsiderar a força da produção humana mais genuína, e nos submeter ao domínio instrumental” (GONZÁLEZ REY, 2007a, p. 174).

Pode-se concluir que o objetivo geral da pesquisa de desvelar e analisar os sentidos subjetivos na construção do sujeito atingido pelo rompimento da barragem de Fundão, no jornal A Sirene, foi alcançado expondo quem são os atingidos, como eles descrevem o rompimento da barragem de rejeitos e como eles descaracterizam o que a mídia tradicional publica para fazer do Jornal A Sirene o seu principal meio de comunicação. Por fim, frisa-se que o jornal A Sirene precisa continuar existindo para que os atingidos possam ter um espaço de denúncia, um dossiê completo de registro das suas memórias e um aporte essencial pela luta de garantia de direitos e de comunicação.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J. de. Consciência e atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 95-110.
- AGUIAR, W. M. J. de; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./ abr. 2013.
- ALESSI, G. Três anos depois, vítimas de Mariana ainda esperam ter casas reconstruídas. **El País**, Madrid, 26 Jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/25/politica/1548443780_104893.html. Acesso em: 5 out. 2019.
- ALMEIDA, E. A. de. Os discursos e os sentidos da atuação das instituições nacionais de fomento ao empreendedorismo. **Sinergia**, Rio Grande, v. 19, n. 1, p. 35-45, 2015.
- ALMEIDA, P. de; MARTÍNEZ, A. M. A configuração subjetiva da ação do aprender: um estudo de caso sobre o aluno em seu momento de ingresso no ensino superior. **Obutchénie: revista de didática e psicologia pedagógica**, Moskva, v. 3, n. 1, p. 88-113, jan./abr. 2019.
- AMORIM, C. R.T. C. Imprensa/mídia alternativa: uma reflexão sobre o tema. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5., 2007, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2007. p. 4-11.
- ARPINI, N. Polícia Federal lista falhas da Samarco com barragem rompida. **G1**, Espírito Santo, 22 jun. 2016. Disponível em: g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2016/06/pf-lista-falhas-que-levaram-barragem-da-samarco-romper.html. Acesso em: 13 abr. 2020.
- ASBAHR, F. da S. F. Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo: uma revisão teórica. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 265-272, maio/ago. 2014.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], fev. 2016a.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 10, jan. 2016b.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 1, mar. 2016c.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 5, jul. 2016d.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 3, maio 2016e.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 6, set. 2016f.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 10, jan. 2017a.

A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 15, jun. 2017b.

A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 17, ago. 2017c.

A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 20, nov. 2017d.

A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 18, set. 2017e.

A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 31, out. 2017f.

A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 22, jan. 2018a.

A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 23, fev. 2018b.

A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 25, abr. 2018c.

A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 31, out. 2018d.

A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 39, jun. 2019.

BATINGA, G. L.; MENEZES, F. P. D. Um convite para não esquecer: uma análise das estratégias discursivas utilizadas pelos atingidos no acidente da Samarco, em Mariana (MG). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4., Porto Alegre, 2016. **Anais [...]**. Porto Alegre: CBE0, 2016. p. 1-14.

BECKER, M. L. Mídia alternativa: antiempresarial, antiindustrial, anticapitalista? In: WOITOWICZ, K. J. (org.). **Recortes da mídia alternativa: histórias & memórias da comunicação no Brasil**. Ponta Grossa: UEPG, 2009. p. 273-286.

BERTONI, E.; MARQUES, J. Após quase 5 meses da tragédia, lama ainda vaza de barragem em Mariana. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/03/1753984-apos-quase-5-meses-de-tragedia-lama-ainda-vaza-de-barragem-em-mariana.shtml>. Acesso em: 3 abr. 2020.

BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 15-35.

BRITTES, J. “A Sirene e o direito à comunicação dos atingidos pela lama”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2016. p. 1-14.

BRUCK, M. S.; VARGAS, H. Narrativas da memória como dispositivo: a Sirene e a luta contra o esquecimento da tragédia do Fundão. In: ENCONTRO ANUAL DO COMPÓS, 28., 2019, Porto Alegre, RS. **Anais [...]**. Porto Alegre, RS: Compós, 2019.

BRUNELLI, C. *et al.* Da água para a lama. In: CALDAS, G. (org.). **Vozes e silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental?** 2. ed. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, 2018. cap. 3, p. 72-123.

CAMPOS, J. de O. **O jornal A Sirene e a emergência do lugar dos atingidos: sofrimento, mineração e mineiridade na tragédia de Mariana (2015)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

CARRATO, Â.; ELÍSIO, G.; DINIZ, S. M. C. O crime ambiental de Mariana: omissão e conivência da mídia brasileira. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 22, n. 45, p. 151-162, 2018.

CASTANHO, M. I. S.; SCOZ, B. J. L. Subjetividade, ensino e aprendizagem: aproximação histórico-cultural em trabalhos acadêmicos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 3, p. 487-496, set. 2013.

CELESTINO, M. S.; SILVA, F. A. R. e. Uma análise das reportagens no jornal "A Sirene": um porta-voz dos atingidos pelo desastre da Samarco. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba, v. 7, n. 2, p. 187-203, 2017.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (CDDPH). **Relatório da violação dos Direitos Humanos na construção de Atingidos por barragens - Resoluções n°s 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07**. Brasília, DF: CDDPH, 2011. 108 p.

CORRÊA, S. R. M.; SILVA, S. B. da. A emergência de uma pedagogia do movimento dos povos atingidos por barragem. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 348-365, jan./abr. 2016.

DIREITOS HUMANOS. Qual é a voz do (a) atingido (a)? **Jornal a Sirene**, Mariana, 17 jun. 2019. Disponível em: <http://jornalasurene.com.br/direitos-humanos/2019/06/17/qual-e-a-voz-do-atingido>. Acesso em: 6 ago. 2019.

ESPINDOLA, H. S.; NODARI, E. S.; SANTOS, M. A. dos. Rio Doce: riscos e incertezas a partir do desastre de Mariana (MG). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, n. 81, p. 141-162, 2019.

FERREIRA, L. H. da S. **As memórias de Bento: representações pela nostalgia no jornal A Sirene - Para não Esquecer**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

FERREIRA, M.; LOGUERCIO, R. de Q. A análise de conteúdo como estratégia de pesquisa interpretativa em educação em ciências. **Revista de Educação, Língua e Literatura**, Inhumas, v. 6, n. 2, p. 33-49, out. 2014.

FERREIRA, P. T. M. **Análise crítica do discurso de criação da Fundação Renova: a perpetuação dos crimes corporativos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019.

FILGUEIRAS, S. Jornal a Sirene realiza a primeira oficina de Repórteres Populares. **Cáritas Brasileira Minas Gerais**, Belo Horizonte, 1 ago. 2018. Disponível em: <http://mg.caritas.org.br.s174889.gridserver.com/jornal-sirene-realiza-primeira-oficina-de-reporteres-populares/>. Acesso em: 3 ago. 2019.

FIORUCCI, R. A nova geração do jornalismo crítico: mídia alternativa. **Diálogos**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 455-481, maio/ago. 2011.

FONTES, R. N.; LOPES, I. da S. As representações da mídia sobre o rompimento da barragem do Fundão em Mariana, Minas Gerais. **Espacios**, Caracas, v. 38, n. 34, p. 32-46, 2017.

FOSCHIERA, A. A. Conhecendo a trajetória de organização dos atingidos por Barragens. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 11, n. 36, p. 113-128, 2010.

FURTADO, O. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVEZ, M. G. M.; FURTADO, O. (org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 75-93.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.
GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GÓES, L. T. de. Contra-hegemonia e internet: Gramsci e a mídia alternativa dos movimentos sociais na web. Anais In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 9., 2007, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Intercom, 2007. p. 1-15.

GOMES, C. A. *et al.* Vozes e visibilidade. In: CALDAS, G. (org.). **Vozes e silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental?** 2. ed. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, 2017. cap. 6, p. 194-265.

GÓMEZ, Á. D. Subjetividad y subjetividad política. Entrevista con el psicólogo cubano Fernando González Rey. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, n. 50, p. 236-249, 2006.

GONÇALVES, M. da G. M. A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVEZ, M. G. M.; FURTADO, O. (org.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 37-52.

GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, p. 1-6, 2008.

GONZÁLEZ REY, F. L. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 24, p. 155-179, jun. 2007a.

GONZALEZ REY, F. L. As configurações subjetivas do câncer: um estudo de casos em uma perspectiva construtivo-interpretativa. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 328-345, jun. 2010.

GONZÁLEZ REY, F. L. As representações sociais como produção subjetiva: seu impacto na hipertensão e no câncer. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 69-85, jun. 2006.

GONZALEZ REY, F. L. **Comunicación, personalidad y desarrollo**. Habana: Pueblo y Educación, 1995. 139 p.

GONZÁLEZ REY, F. L. El lugar de las emociones en la constitución social de lo psíquico: el aporte de Vigotski. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 70, p. 132-148, abr. 2000.

GONZALEZ REY, F. L. **Epsitemología cualitativa y subjetividad**. São Paulo: Educ, 1997. 387 p.

GONZALEZ REY, F. L. La significación de Vygotsky para la consideración de lo afectivo en la educación: las bases para la cuestión de la subjetividad. **Revista Electrónica Actualidades Investigativas en Educación**, Costa Rica, v. 9, n. 4, p.1-24, 2009.

GONZÁLEZ REY, F. L. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo–sociedade numa perspectiva cultural–histórica. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 2, p. 167-185, 2012.

GONZALEZ REY, F. L. **O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito**. Petrópolis. Vozes, 2004. 184 p.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: caminhos e desafios**. São Paulo: Thomson, 2002. 188 p.

GONZALEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. 188 p.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson Learning, 2007b. 292 p.

GONZÁLEZ REY, F. L. Sentidos subjetivos, lenguaje y sujeto: avanzando en una perspectiva postracionalista en psicoterapia. **Rivista di Psichiatria**, Roma, v. 46, n. 5, p. 310-314, 2011.

GONZALEZ REY, F. L. Subjectivity in debate: some reconstructed philosophical premises to advance its discussion in psychology. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, Oxford, v. 49, n. 2, p. 212-234, June 2019.

GONZALEZ REY, F. L. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson Learning, 2003. 30 p.

GONZÁLEZ REY, F. L.; TORRES, J. F. P. La Epistemología Cualitativa y el estudio de la subjetividad en una perspectiva cultural-histórica. Conversación con Fernando González Rey. **Revista de Estudios Sociales**, Madrid, n. 60, p. 120-127, Abr. 2017.

GRAÇA, A. A vida antes da tragedia. *In*: CALDAS, G. (org.). **Vozes e silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental?** 2. ed. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, 2018. cap. 2, p. 48-71.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.189 p.

HAUBRICH, A. F. Reflexões e caracterizações sobre mídias alternativas. *In*: DO XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Intercom, 2015. p. 1-14.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Metodologia para o diagnóstico social, econômico e cultural dos atingidos por barragens**. Brasília: Ipea, 2014. 49 p.

LACAZ, F. A. de C.; PORTO, M. F. de S.; PINHEIRO, T. M. M. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, n. 42, p. 1-12, 2017.

LANE, S. T. M. et al. **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre a teoria sócio histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. 106 p.

LARA, A. M. de B.; MOLINA, A. A. Pesquisa qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias. *In*: TOLEDO, C. de A. A. de; GONZAGA, M. T. C. (org.) **Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de ciências humanas**. Maringá: Eduem, 2011.v. 1, p. 121-172.

LEITE, J. A. de O. *et al.* Estudo dos impactos socioambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana – MG. *In*: PACHECO, J. T. R.; KAWANISHI, J. Y.; PACHECO, M. Z. **O meio ambiente sustentável**. Ponta Grossa: Atena, 2019. cap. 11, p. 142–158.

LOBATO, C. B. de P. **Água pra quê(m)**: discurso e identidade na resistência à superexploração de água mineral em São Lourenço. 2018. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2018.

LOIACONO, K. J. de M. **A configuração subjetiva da participação política para estudantes universitários do movimento estudantil**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

MEDEIROS, C. R. de O.; SILVEIRA, R. A. da; OLIVEIRA, L. B. de. Mitos no desengajamento moral: retóricas da Samarco em um crime corporativo. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 70-91, jan./fev. 2018.

MEDEIROS, P. H. R. Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático: reflexões sobre a burocracia estatal. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 13, n. 37, p. 143-160, abr./jun. 2006.

MENDES, P. H. A. Metáfora e subjetividade em discursos sobre o rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em Mariana: uma análise do jornal “A sirene”. **Revista Linguagem em Foco**, Ceara, v. 10, n. 2, p. 25-36, 2018.

MENDES, P. H. A.; MENEZES, W. A. Discurso, cognição e formas de empoderamento: uma análise do jornal A Sirene. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1047-1073, 2016.

MENEZES, T. D. Identidade e subjetividade: uma reflexão sobre o que é ser mulher. **Revista Letra Capital**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 70-91, 2016.

MÍDIA, CULTURA, IDENTIDADE E ARTE (MICA). **O MICA**. Mariana: MICA, 2019.

- Disponível em: <https://www.coletivomica.org/quem-somos>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007. 406 p.
- MINISTERIO PUBLICO FEDERAL (MPF). **O desastre**. Brasília: MPF, 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/o-desastre>. Acesso em: 7 set. 2020.
- MNEZES, A. *et al.* Viagem ao epicentro. *In*: CALDAS, G. (org.). **Vozes e silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental?** 2. ed. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, 2017. cap. 4, p. 124-153.
- MONASTA, A. **Antônio Gramsci**. Recife: Massangana, 2010. 152 p.
- MORAES, A. A. **Do doce ao amargo: percepções de ser atingido pelo desastre da Samarco no Município de São José do Goiabal–MG/2015**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.
- MORIGI, V. J. Memória, representações sociais e cultura imaterial. **Revista Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 182-191, 2012.
- NÉBIAS, C. Memória, registro e subjetividade: escritas de professoras. **Interações**, Campo Grande, v. 10, n. 20, p. 73-84, jul./dez. 2005.
- NOBREGA, R. da S. Os atingidos por barragem: refugiados de uma guerra desconhecida. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 19, n. 36, p. 125-143, jan./jun. 2011.
- NUNES, E. de F. **Os impactos do rompimento da Barragem de Fundão no município de Mariana – MG**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.
- PASSARINHO, M. Tragédia em Brumadinho: as 5 lições ignoradas após tragédia de Mariana. **BBC News Brasil**, Londres, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47077083>. Acesso em: 13 abr. 2020.
- PAZZA, J. A mídia radical do jornal A Sirene: a mineradora Samarco vista pelos olhos dos sirenistas. **Revista Versalete**, Curitiba, v. 5, n. 8, p. 78-95, jan./jun. 2017.
- PEREIRA, M. E. P.; GAIOTTO, P. A. A memória como elemento constituidor de identidade. *In*: XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Educere, 2017. p. 24609-24617.
- PETRI, V.; SCHERER, A. E. Memória e subjetividade: de um tempo para lembrar. **Revista Desenredo**, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2016.
- RABELO, A. O. Memória e subjetividade: elementos para refletir sobre a singularidade das professoras. **Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 183-199, jan./jun. 2007.

RIBEIRO, A. M. M.; MORAIS, H. B. de. Classe social, identidade e luta por Direitos Humanos no Movimento de Atingidos por Barragens-Brasil. **Revista Direito e Práxis**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1046-1070, abr./jun. 2019.

RIBEIRO, J. V. de C. *et al.* O rompimento da barragem da Samarco e a construção de significados: o caso de agentes públicos de órgãos de amparo e socorro aos atingidos pela lama. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 115-162, abr. 2019.

SAFRA, G. Memória e subjetivação. **Memorandum: memória e história em psicologia**, Belo Horizonte, v. 2, p. 21-30, 2002.

SANTOS, C. M. de M.; FALCO, A. de. O caso de Mariana-MG: análise da cobertura midiática sobre o maior desastre ambiental do Brasil. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE*, 22., 2017, Volta Redonda, RJ. **Anais [...]**. Volta Redonda, RJ: Intercom, 2017. p. 1-15.

SANTOS, M. C. dos. O conceito de “atingido” por barragens-direitos humanos e cidadania. **Revista Direito e Práxis**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 113-140, 2015.

SARAIVA, L. A. S. Ganância e cadáveres. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, p. 1-12, 2019.

SOUSA, C. A. de. JORNAL A SIRENE: mobilização e rememoração das ocorrências como dispositivo de comunicação. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas**, Ipatinga, v. 1, n. 3, p. 1-13, 2018.

SOUZA, E. C. de; TORRES, J. F. P. A teoria da subjetividade e seus conceitos centrais. **Revista Obutchénie**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 34-57, jan./abr. 2019.

SOUZA, L. da R. de; PAAZ, C. O rompimento da barragem de fundão em mariana/mg e a proteção dos deslocados ambientais: uma análise por meio de pesquisa de campo. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 2, n. 55, p. 351-371, 2019.

TACCA, M. C. V. R.; GONZÁLEZ REY, F. L. Produção de sentido subjetivo: as singularidades dos alunos no processo de aprender. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 138-161, mar. 2008.

TOLEDO, P. T. da C. **Contra-hegemonia e mídias sociais: um estudo de caso da campanha “Primavera Carioca”**. 2017. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

VAINER, C. B. Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. *In: ROTHMAN, F. D. (Ed.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens***. Viçosa: Ed. UFV, 2008. p. 39-62.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005. 287 p.
VYGOTSKY, L. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 97 p.

ZHOURI, A. *et al.* O desastre no Rio Doce: Entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. *In*: ZHOURI, A. (org.). **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá, PA: Iguana, 2018. p. 28–64.

ANEXO A - Jornais A Sirene analisados

- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], fev. 2016a.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 10, jan. 2016b.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 1, mar. 2016c.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 5, jul. 2016d.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 3, maio 2016e.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 6, set. 2016f.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 10, jan. 2017a.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 15, jun. 2017b.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 17, ago. 2017c.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 20, nov. 2017d.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 18, set. 2017e.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 31, out. 2017f.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 22, jan. 2018a.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 23, fev. 2018b.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 25, abr. 2018c.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 31, out. 2018d.
- A SIRENE: para não esquecer. Mariana, MG: [s.n.], n. 39, jun. 2019.